

## 447ª ROP CONSEMA

**00:05:08 Naiana Lanza:** Peço que todas e todos sentem para a gente ir dando início aqui a nossa reunião. Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos ao Plenário do CONSEMA, nesse dia frio. Então, eu gostaria de, inicialmente, dar bom dia a todos os conselheiros e todas as conselheiras, àqueles convidados que nos acompanham, bom dia ao Jônatas, nesse ato, representando a secretária, que chega daqui a pouquinho, ela já está a caminho, daqui a pouquinho ela já chega, mas ela pediu para a gente ir iniciando. Bom dia Cristiano, bom dia a todos. Então, tendo sido verificado o quórum da reunião, à mesa declara abertos os trabalhos da Reunião Ordinária número 447 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todos e a todas. Informo que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, @semilsp, e a presente plenária ocorre aqui na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Em continuidade, então, aqui ao expediente preliminar, passamos à aprovação da ata da Reunião Ordinária n. 446 do Plenário do CONSEMA, que foi distribuída junto a convocatória aos conselheiros e conselheiras, razão pela qual eu peço que o Plenário dispense a leitura. Alguém tem algum comentário? Não. Então podemos seguir. Então, a presidência considera a ata aprovada. Então, agora que a secretária chegou, já vou passar a palavra para a secretária Natália, e também presidente aqui do conselho, para suas comunicações e informes do dia. Por favor, Secretária.

**00:07:36 Natália Resende:** Obrigada. Bom dia. Prazer estar aqui com vocês sempre nessa nossa reunião, que é muito importante da gente sempre debater temas que são imprescindíveis para a gente avançar nessa nossa pauta ambiental, no desenvolvimento sustentável do nosso estado. Vou falar um pouquinho aqui do briefing que vocês receberam, e desde já agradecer a presença de todo mundo, tanto os que nos acompanham aqui quanto virtualmente também. A gente está fazendo uma força-tarefa muito grande nos nossos CETRAS, lembrando agora que a gente também está em operação lá no CETRAS em Registro, a gente esteve lá outro dia também para ver todo o trabalho muito competente que a nossa equipe faz. E aí, agora nessa frente fria também a gente está tendo todo um cuidado especial para proteger e enfim, para olhar tantos os bichos resgatados, quanto os que a gente faz o cuidado para depois serem inseridos no meio ambiente. A gente elegeu o novo representante para a Câmara de Compensação Ambiental. Lançamos o edital para distribuir kits de Planejamento Agro Florestal, acho que a gente vai falar um pouquinho aqui hoje sobre isso. Na linha do que a gente comentou no Dia Mundial do Meio Ambiente, também estamos sempre estimulando muito. E aí, em consonância com o que a gente lançou dos roteiros no Dia Mundial do Meio Ambiente, no eixo de Educação Ambiental e Conscientização, que tem no nosso Plano do Meio Ambiente, o estímulo para as pessoas nos parques estaduais urbanos, para poder aproveitar e para poder sempre ter essa valorização do meio ambiente de uma forma integrada e com conexão, aproveitando que a gente está numa época de férias para fazer uma série de programações que a gente ficou o mês inteiro também divulgando para trazer

as pessoas para os nossos parques. Encerramos uma primeira etapa de engajamento com os servidores aqui para poder transformar a gestão ambiental dentro também da secretaria. A gente quer passar exemplo e tem que ser exemplo para isso também. Como nos outros anos, já de um tempo aqui no estado de São Paulo, a gente soltou a resolução para trazer regras para o setor sucroenergético entre julho e novembro em relação à questão da queima da palha de cana, lançamos um programa de avistamento de fauna silvestre e aí a gente vai começar lá, já começamos no Parque Ecológico do Tietê, vamos expandir para oito parques urbanos também. Capacitamos, e esse é um trabalho contínuo no âmbito do São Paulo Sem Fogo para as nossas equipes, Fundação Florestal também, Defesa Civil, para a gente capacitar cada vez mais todos em relação à questão de incêndios, considerando também a época atual de estiagem, menos do que no ano passado, que a gente consegue observar, mas sempre com muito esforço e é por isso também que a gente vê um avanço muito grande no Estado de São Paulo. Apresentamos, nossa querida Marina, nosso Plano de Adaptação e Resiliência Climática no Conselho de Recursos Hídricos. E aí, muito no sentido da gente sempre ter essa interlocução entre os colegiados, aqui o nosso colegiado, o Conselho de Recursos Hídricos, os Conselhos de Mudanças Climáticas. Isso foi uma coisa que a gente pautou como objetivo e a gente tem feito. E aí a gente pediu para a Marina apresentar também o nosso PEARC lá no Conselho, fazer um balanço, mostrar as ações, sub ações, muito com foco em segurança hídrica, mas também em relação aos outros eixos que tem essa integração. E é importante para a gente ter todo mundo junto para superar os nossos desafios. Temos também feito um trabalho muito forte, e agradecer nosso pessoal da CETESB aqui no Monitoramento do Ar, em mostrar como isso é feito, e feito de uma forma com muita referência, e dando referência aqui para o Brasil também, o Estado de São Paulo. A gente mostrou todo o trabalho lá no CETRAS em relação ao bicho-preguiça, acho que vocês devem ter acompanhado, para soltar na natureza, depois de todos os cuidados que a gente fez lá no CETRAS, em Registro. Estamos num trabalho muito forte junto com as prefeituras para poder cada vez mais avançar no saneamento. E aí, agora, no âmbito do Universaliza também, juntando as prefeituras, falando tudo o que o Estado de São Paulo quer colocar de recurso. E aí a gente está estimando em 650 milhões por ano, durante 25 anos, para a gente, de fato, efetivar a regionalização, respeitando as autonomias municipais, as autarquias. Não é um projeto de privatização, não é um projeto de desestatização, mas é olhando como é que a gente consegue fazer um contrato de longo prazo com a especificidade de cada um dos municípios, o aporte do Estado, de forma organizada, para, de fato, a gente avançar em resiliência hídrica no Estado. Então a gente está fazendo um trabalho muito junto das prefeituras para explicar, para trazer, e isso é muito importante a gente falar aqui também, porque a gente precisa da ajuda de todos, até para a gente colocar informações corretas e sempre avançar num rumo mais sustentável para o nosso estado. Começamos lá a limpeza também na região de Pirapora, uma questão histórica aqui que a gente vê hoje, mais de 90% de comprometimento do reservatório por conta de uma ausência de desassoreamento lá, e que a gente começou. Estamos há dois anos já vendo com a CETESB como é que a gente faz para ter também a destinação adequada dos resíduos, começamos. É um desafio, mas a gente está

enfrentando esse desafio com muita responsabilidade ambiental. As SP Águas também, aqui deixo o nosso agradecimento. Ela está fazendo o acompanhamento técnico, ajudando muito na questão de drenagem junto com os Comitês de Bacias. E aí, o destaque é para a parte de drenagem dos municípios da Baixada. O FeHidro vai aplicar 6 milhões lá na elaboração do Plano. Isso é muito importante, até para a gente saber exatamente onde que a gente tem que fazer as intervenções de obras. O FeHidro disponibilizou 538,6 milhões em recursos. E aí, cada comitê tem a sua particularidade de datas, mas as prefeituras e todos os elegíveis podem se inscrever também para a gente avançar nessa parte de recursos hídricos de uma forma ampla. E aí a gente tem feito uma série de visitas também para ver as obras do FeHidro, entender os gargalos, ver como é que a gente consegue melhorar. O nosso Lixômetro registrou um aumento de 21% na coleta de lixo flutuante. A gente tem investido muito em retirar e ir também na fonte, em educação ambiental, em conscientização, porque eu não fico feliz em falar que a gente aumentou a coleta de lixo no rio, porque a gente não quer que o lixo chegue no rio, é isso que a gente não quer. Mas uma vez que ele está lá, a gente vai fazer esse esforço também de retirar, sempre pautando em que as pessoas nos ajudem, toda a sociedade nos ajude a que eles não cheguem nos rios. Fizemos também, e temos feito, vitorias nas obras das barragens, por exemplo, lá de Duas Pontes e também de Pedreira, que vão ajudar mais de 5,5 milhões de pessoas, 85 bilhões de litros que elas vão armazenar para melhorar a segurança hídrica na região do PCJ. Também o Vale do Paraíba, região de Registro, receberam recursos para desassoreamento de rios via SP Águas, 19 milhões no Vale do Paraíba, 10 milhões em Registro. Na semana passada, a gente lançou oficialmente a Tarifa Social Paulista, isso é muito importante, porque a gente tem um programa de tarifa social paulista aqui para saneamento nos municípios operados pela Sabesp, que olha a questão legal de 50% de desconto para aquelas pessoas que precisam, e vai além. Na verdade, a gente colocou três categorias, olhando a especificidade do Estado de São Paulo. E o que nós possibilitamos via desestatização da Sabesp, que foi colocar para vulneráveis uma tarifa com desconto de 78%, para aquelas pessoas que recebem até meio salário mínimo de renda per capita, estão no CAD Único, moram em habitações sociais, que estão desempregadas e o último salário foi de até três salários mínimos, que tem pessoas com deficiência ou com idosos com 65 ou mais em suas famílias, que recebam um desconto de 72%. Isso não tem em lugar nenhum no Brasil. É importante a gente falar aqui para a gente valorizar o programa de tarifa social que a gente tem no Estado de São Paulo. E também uma nova categoria que a gente criou para, a partir do momento que a Sabesp entrar em áreas mais vulneráveis, para ela levar essa tarifa, e aí uma tarifa de 50% para a gente estimular que em dois anos as pessoas entrem no CAD Único, porque a gente precisa de um cadastro organizado, e é bom, é um cadastro de programa social que tem todos os níveis, todas as esferas, e receber um desconto maior. Então, é uma forma de estímulo para a universalização, para investimento, com foco nas pessoas que mais precisam para ter desconto. É importante a gente saber desse programa porque é o melhor programa de tarifa social do Brasil. Isso é importante a gente falar aqui para a gente valorizar, que o Estado de São Paulo novamente está sendo referência nessa parte de saneamento. Bom, só para finalizar aqui, na nossa parte de logística também,

a gente tem investido muito nas melhorias das embarcações, nas questões de segurança, de mobilidade, olhando também regiões que mais precisam. Juquitiba, por exemplo, e obras que a gente tem valorizado cada vez mais drenagem, e a drenagem ajuda muito para assoreamento ou não dos rios. Então, quando a gente vai numa obra como em Juquitiba e vê toda a obra de drenagem que está sendo feita, é importante para não descer os sedimentos para o rio, isso a gente tem feito com muita responsabilidade ambiental, claro, além de todas as obras que a gente tem entregue via o São Paulo para toda obra, com esse olhar de segurança, de fiscalização, também de mobilidade, de drenagem e, sempre que possível, colocando soluções baseadas na natureza, como a gente viu em hidrossemeaduras, em taludes, em várias obras que a gente está fazendo. A gente está discutindo o Plano Paulista de Energia, que é o segundo passo do nosso Plano, que a gente aprovou no ano passado, de energia com foco de até 2050, e agora a gente tem feito cenários na parte, a gente fez a parte estratégica, agora a gente está fazendo a tática, vamos fazer a operacional, a USP tem nos ajudado, ajudou muito a gente a fazer o nosso Plano de Energia, que é o primeiro Plano de Energia sub nacional do Brasil, é importante a gente falar isso também, alinhado a nossa estratégia climática. E bom, a gente tem até o fim do mês aqui, fica até amanhã, para poder às empresas e organizações se inscreverem no Prêmio São Paulo Carbono Zero, para a gente premiar empresas que estejam alinhadas com a nossa estratégia climática. Fica aqui também o convite para todo mundo. E ontem a gente lançou uma tomada de subsídio bem importante - Fica aqui também um convite para todos participarem - sobre certificação de biometano, para a gente discutir, olhar a origem, olhar e estimular esse biocombustível, que tem uma potencialidade de abastecer 40% da nossa indústria. É muita coisa. É uma coisa que a gente tem investido muito aqui no Estado e que a gente quer cada vez mais dar segurança jurídica, dar previsibilidade para os investimentos no nosso Estado. É isso, gente, eu falei muito aqui, mas só para eu poder passar um pouquinho de informação para vocês. Vou devolver a palavra aqui para a mesa. Obrigada, viu?

**00:19:24 Naiana Lanza:** Obrigada, secretária. Então, dando continuidade aos informes, eu gostaria apenas de reforçar algumas questões de forma bem sucinta, regimentais, do CONSEMA, que nós estamos aqui na nossa terceira plenária, eu acho que é bom a gente fazer esse combinadinho, lembrar algumas questões. Então, como funciona a nossa plenária? A nossa plenária tem três momentos: Tem o primeiro momento, que é o expediente preliminar, que a gente aprova a ata, faz a verificação do quórum e dá início aos trabalhos na mesa e tem esse momento dos informes da presidência também. Num segundo momento, é um momento que a gente tem disponibilizado para assuntos gerais, que é o momento que os conselheiros fazem as suas falas. Esse momento, para a gente fazer de forma organizada, é importante que a gente respeite a questão de a gente fazer a inscrição para fazer o uso da fala, isso é super importante, e esse momento para assuntos gerais, de acordo com o regimento, a gente tem 30 minutos. Então, se a gente tiver 'X' conselheiros para fazer, a gente pega a quantidade de conselheiros que tem para ver mais ou menos a quantidade de falas que dá por conselheiros. Então, eu queria só reforçar essa

importância da gente respeitar esse tempo de fala, e eu sei que às vezes a pessoa está na sala e é difícil a gente também interromper a fala naquele sentido de interromper o raciocínio, então eu queria fazer um combinado: faltando 30 segundos para a fala do conselheiro se encerrar, eu vou falar: Ok. Isso significa que a fala, o conselheiro já deve começar a encaminhar para o encerramento da fala, porque isso fica como uma regra geral para todos. Então, eu queria deixar isso combinado, que as falas com as inscrições, e assim que eu falar ok, significa que já tem que ir se direcionando para o encerramento das falas. Ok, pessoal? E depois da fala de vocês, a gente passa para as considerações novamente da presidência, e depois nós vamos direto para a ordem do dia, que são as pautas, para a gente não ficar estendendo muito esse momento dos assuntos gerais. Então, eu só queria trazer isso para a gente ir fazendo esses combinadinho aqui para a plenária seguir de uma forma mais fluída e com que todos tenham a oportunidade de falar. O último informe, na verdade, é em relação, eu queria convidar a todos e todas a participar da audiência pública para debater o Eia Rima do empreendimento de extração de calcário a ser realizada no dia 17 de agosto, no município de Cajamar. Então, as informações estão no site do CONSEMA e no site da secretaria. Qualquer informação adicional que vocês queiram, estamos à disposição. Dito isso, então agora a gente passa a esse momento de fala dos conselheiros. Então, a gente tem aqui já inscritos previamente algumas pessoas, deixa eu ver quem são. Temos aqui o Crepaldi, o Manara, que já estavam previamente inscritos, o Victorino, Rodrigo, Tatiana, Navarro, Leduc. Então, aqui no plenário, só checando para ver se eu não esqueci ninguém: Crepaldi, Manara, o Victorino, a doutora Tatiana, o Leduc, o Rodrigo e o Coronel Navarro. Perfeito. Agora vamos checar online. Online temos Paulo do Rêgo, Lúcia e Raquel. Bom, então nós temos três minutos de fala para cada conselheiro. Iniciando, então, aqui pelo plenário, convido a fazer o uso da palavra o senhor conselheiro Crepaldi, por favor.

**00:23:46 Ricardo Crepaldi:** Bom dia a todos online, bom dia a todos aqui na mesa. Na pessoa da secretária Natália eu cumprimento a todos. Bom, é difícil, deixa eu usar meus três minutos, mas eu não posso perder a piada. Secretária, teve uma pessoa que soltou um bicho-preguiça, mas eu não sei se o bicho-preguiça estava mais com medo, ou se era a pessoa que estava com medo. Só para colocar lá, quem não viu, olha as redes sociais lá. Bom, aquelas unhas ali assustam qualquer um. Bom, a gente, na ABES, nós estamos fazendo agora, no dia 12 e 13, o 11.º Seminário Nacional de Gestão de Perdas de Água e Eficiência Energética aqui em São Paulo. E é um evento que a gente faz como todos os eventos, mas qual a importância? A gente discutir o tema da gestão de perdas. A gente tem cidades que têm perdas no abastecimento acima de 50%. Aí depois, precisamos ter mais captações, mais isso, mais aquilo. Repensar isso. A gente precisa não ter perda no sistema de distribuição. Perdas acidentais, como ocorreu já, essa semana mesmo ocorreu uma aqui da Sabesp, e aqui o rompimento de uma adutora em, acho que foi Taboão. E outra, isso acontece, mas o problema não é esse, o problema são as perdas contínuas, e existem técnicas para isso, para você descobrir onde tem vazamento e aí esse vazamento ser colocado, e você colocar também o ponto que você, a rede não é eterna, ela tem que ser substituída, tem que ter um plano. Então, isso tudo, para colocar isso, porque é

um problema nosso. A gente está jogando água boa, água tratada fora, ou seja, está infiltrando no solo, mas gente, isso é loucura, isso é loucura. A gente não pode perder água, principalmente agora, a gente falando, numa época em que nós estamos em estiagem, nós vamos ter falta de água? É claro que nós vamos ter falta de água. Enquanto a gente não tiver uma sustentabilidade do sistema, secretária, a gente vai ter falta d'água pontual em algumas cidades, algumas mais críticas que outras, mas tem que ser feito as ações. E as perdas de água são gigantescas. A gente não precisaria investir em quase nenhuma cidade se pelo menos tratasse as perdas. Isso é muito importante, por isso que eu queria colocar isso dentro da nossa questão do nosso evento, que vai ser no dia 12 e 13 aqui em São Paulo. Quem quiser olhar, olha no nosso site lá, está lá as inscrições, tudo, mas a gente pensar nas perdas realmente que é um problema público, porque depois de dinheiro público, ou o dinheiro da concessão, o preço da água sobe. Então é isso, era esse o ponto que eu queria colocar. Obrigado.

**00:27:00 Naiana Lanza:** Obrigada. Passo então agora a palavra para o conselheiro Manara, por favor.

**00:27:00 Marcelo Manara:** Secretária Natália, secretário Jonatas, no qual eu cumprimento a todos. Eu vou dividir a minha fala com o presidente da ANAMMA, que está online, o Marcelo Marcondes. Primeiro, parabenizar as duas iniciativas, secretária, acho dois golaços. Primeiro, o programa de premiação de ações e projetos da iniciativa privada em carbono. Lembrando que São José dos Campos fez essa adesão ao programa Cidade Carbono Neutro. Criamos uma divisão dentro da prefeitura para receber empresas, já que chegam em São José dos Campos e sejam convidadas a compor esse esforço da jornada Cidade Carbono Neutro na Prefeitura de São José dos Campos. Então, é muito legal essa iniciativa e também parabenizar por esse golaço do programa da Tarifa Social do Saneamento. Realmente é importantíssimo, inovador. Tomara que outros tantos estados acompanhem também isso, porque o saneamento é, sem dúvida nenhuma, um desafio para toda a população brasileira. Eu quero agradecer a visita institucional da Livie pela URAE, abordando os problemas que nós noticiamos com relação a saneamento, a operação da nova Sabesp, e como a reunião foi na Agência Ambiental, a Livie pôde conversar já com 17 municípios ao mesmo tempo. Então, muito legal, quero agradecer muito, que isso, porque foi muito legal para nivelar as questões, colocar todo mundo na mesma página, para que a gente possa contribuir no processo da nova Sabesp, e que isso realmente promova melhorias em todos os municípios. E por fim, antes de passar para o Marcelo Marcondes, informar que, no final agora de agosto, nós teremos o primeiro encontro *Tree Cities of the World*, promovido pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. A Fundação *Arbor Day*. É um programa mundial da FAU - ONU, e São José dos Campos foi reconhecido nos seis anos de vigência desse programa. Prefeito Anderson, eu, estaremos lá participando da abertura, convidar todos os municípios muitos municípios paulistas já são reconhecidos pela sua gestão da qualidade da arborização urbana, e também, por fim, informar, Marcelo vai noticiar da posse da nova diretoria da ANAMMA ontem, em que nós discutimos também, a

ANAMMA vai solicitar a Sabesp, secretária, a revisão daquele posicionamento de não participar dos Conselhos Municipais. Ok, obrigado. Passo para o Marcelo Marcondes.

**00:29:49 Marcelo Marcondes:** Bom dia, secretária Natália. Bom dia, Manara. Na pessoa do Manara, cumprimento a todos e a todas presentes. Alegria trazer para vocês essa notícia que ontem, na ANAMMA São Paulo, foi empossada uma nova diretoria. Manara segue como meu vice-presidente, 28 diretores distribuídos em todo o estado de São Paulo, tendo 13 mulheres nessa diretoria. Ou seja, uma paridade, um equilíbrio da forma que vamos buscar junto a SEMIL e a todos os parceiros e aos membros do CONSEMA uma caminhada de fortalecimento dos municípios. Então quero aqui, em breves palavras, dizer que nós estamos à disposição para unir esforços pelo desenvolvimento do Estado de São Paulo. Quero trazer, secretária Natália, a nossa preocupação, uma vez que São Paulo sempre foi um Estado, e é um estado de referência para o Brasil. É uma preocupação do PL do Licenciamento, o PL da devastação, que traz enfraquecimento dos municípios, a autonomia dos municípios vem enfraquecendo com esses impactos socioambientais, com riscos de conflitos fundiários. Só para finalizar, então, nós gostaríamos de pedir essa revisão e uma atenção especial da SEMIL para que essa política seja vetada, ou que a gente possa rever de melhor forma, como discutido. O tempo é curto, mas eu queria trazer essas colocações da ANAMMA e agradecer a todos.

**00:31:24 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo a palavra agora ao senhor Victorino. Por favor.

**00:31:30 Eduardo Victorino:** Bom, vou pegar o gancho. Bom dia a todos. Bom dia, Natália Resende, ao qual eu cumprimento os sentados à mesa e também o pessoal que está online. Bom, é sobre a PL do Licenciamento Ambiental que, se há algum posicionamento do CONSEMA com relação a isso. A PL 21.59/2021, e mais uma vez os municípios não foram ouvidos.

Isso é uma coisa que a gente tem observado ao longo do tempo. E parabenizar a Andréa Struchel que tem feito um trabalho bacana. Eu tenho acompanhado muito ela nas reuniões que ela tem feito, juntamente com o **Vinaya [ininteligível 00:32:07]**. Então, fica aqui o meu pedido, se há alguma posição com relação ao nosso CONSEMA, até pelo histórico que nós temos aqui no estado de São Paulo. Será isso, obrigado.

**00:32:21 Naiana Lanza:** Ok. Obrigada, conselheiro. Passo a palavra agora ao conselheiro Leduc.

**00:32:28 Eduardo Leduc:** Por coincidência, vai na direção das últimas duas manifestações. Bom dia a todos. Eu me refiro também aqui ao PL 2159, que significa um grande retrocesso na proteção do bioma da Mata Atlântica, que é o mais ameaçado do Brasil, com ao redor de somente 10%, com bom nível de preservação.

As áreas que estão se recuperando com o esforço dos programas do próprio Estado nos últimos anos ficaram altamente vulneráveis à supressão de vegetação. Caso não sejam vedadas pelo presidente os artigos que facilitam a supressão, sugerimos que o Estado seja mais restritivo, o que é amparado pela Constituição, mantê-las restrições atuais e as exigências de Licenciamento Prévio. Não estou aqui me referindo somente ao litoral, pois a recuperação do bioma é importante para a qualidade de vida da maior parte da população do Estado, pois temos remanescentes preservados em recuperação em praticamente todo o estado. Essa restrição do estado seria ambientalmente, tecnicamente, politicamente, um grande sinal do governador quanto ao seu compromisso com o meio ambiente e com a sociedade, servindo de referência para os demais Estados e Imagem do desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo. Um grande alento está sendo dado no Paraná pelo TCE, em exigir agora que o Estado fiscalize e inclusive, solicite a revisão dos Planos Diretores das áreas de Mata Atlântica, devido a omissão das autoridades quanto à ocupação irregular e degradação, pois a omissão, neste caso, não significa neutralidade e sim a destruição e o incentivo a degradação dessa floresta. Nós já vimos vários exemplos que o Estado de São Paulo tem dado provas que a produção e o desenvolvimento são possíveis sem prejudicar o pouco que sobrou desse bioma. O Estado não precisa avançar sobre a área de Mata Atlântica para produzir mais. O Estado de São Paulo tem produtividade, tem tecnologia e mostra que é possível o desenvolvimento sustentável, recuperando a Mata Atlântica, inclusive, como já tem sido feito. O mundo inteiro reconheceria o Estado por fazer isso, abrindo mais as portas para as nossas exportações, inclusive.

**00:34:54 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passamos então a palavra agora ao pessoal que está online, ao senhor Paulo do Rego.

**00:35:04 Paulo do Rego:** Bom dia a todos e a todas. Cumprimento, na pessoa da secretária Natália, a todos os nossos conselheiros do Consema. A minha fala vem no sentido de, primeiro, reforçar a fala dos anteriores, com respeito ao PL da devastação. Acho que já tinha expressado isso na reunião anterior. O Jonatas até achou que não seria aprovado, dada a grande mobilização, mas infelizmente a gente está vendo que isso é um caminho e a gente sente que o veto não será total. E aí fica a ressalva, mais uma vez, de o Estado de São Paulo ser vanguarda e criar legislações que freiem essa aplicação indiscriminada que o PL traz. O segundo ponto que eu queria falar, é uma coisa que nos deixa muito triste, que a gente sente que está havendo alguns incêndios aqui na região do litoral, principalmente em Ubatuba, e a gente sabe que os municípios acabaram não aderindo ao Plano Corta Fogo do Estado, o que é uma pena. Mas assim, e aí a gente pede o olhar do Estado para que realmente, independente da adesão dos municípios, tenha um olhar de cuidado com os incêndios na Mata Atlântica, já que a nossa região aqui no Litoral Norte é uma das regiões mais sensíveis, com as matas mais preservadas. E por último, é um pedido que eu já formulei, eu tinha tido muitas reclamações sobre a operação das estações de bombeamento da Sabesp. A gente tem várias reclamações registradas, e a Sabesp não tem olhado com o cuidado necessário, principalmente com a questão dos odores.

Eu fui me certificar com alguns ex-diretores da Sabesp, e a gente sabe, constatou que isso é uma questão de investimento e de cuidado. Bastaria realmente você ter a aplicação de amônia e outros cuidados nas estações que esse exalar, odores que pega todas as regiões em volta das estações, acabariam não tendo a dimensão que tem tido em todas as estações que estão sendo operadas. Então, fica aqui o alerta. Eu gostaria que realmente até fosse feito uma moção de alerta à Sabesp, para que ela tome os cuidados necessários e aplique efetivamente esses cuidados na operação nas estações de bombeamento de esgoto. Obrigado.

**00:37:53 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passamos agora a palavra à senhora Lúcia, que também está online.

**00:37:53 Lucia Chamlian Munari:** Bom dia a todas e todos. Obrigada pela palavra. Eu não vou me demorar muito. Eu vim aqui para fazer uma pergunta sobre o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência ao Clima, o PEARC, que eu, inclusive, quero elogiar o grande esforço. Eu estava olhando agora os resultados, um plano bem extenso, com muitos detalhes incluídos, vários fatores considerados nas mudanças climáticas. Eu gostaria de fazer um elogio, principalmente por ter considerado as questões de vulnerabilidade social e os grupos vulnerabilizados. Só que eu queria perguntar se vai ter uma publicação da contribuição que a sociedade civil fez, se vai ter uma publicação da avaliação feita a cada contribuição, se essas contribuições foram incorporadas ou se elas não foram incorporadas. Eu mesmo participei, no final do ano passado, de uma reunião da sociedade civil sobre esse Plano, e também coloquei minhas contribuições no site e queria saber se vai ter essa esse retorno para a sociedade civil, até por considerar que é uma questão de transparência desse processo da participação cidadã. E é isso. Eu deixo aqui a minha pergunta. Muito obrigada e bom dia.

**00:39:36 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheira. Voltamos agora então ao plenário. Na verdade, a Raquel havia levantado a mão, mas ela não está mais com a mão levantada. Raquel, você gostaria de falar ou não?

**00:39:48 Raquel Cabral:** Sim, por favor. Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês. Eu sou a Raquel Cabral e represento a Universidade Estadual Paulista, a Unesp, e eu gostaria de fazer uma pequena fala e logo em seguida passar a minha palavra ao professor Alexandre Perinotto, que está aqui conosco. Ele já foi membro titular deste CONSEMA, mas antes de passar a palavra, eu gostaria apenas de manifestar também, junto aos demais colegas que se manifestaram, a posição da UNESP em relação ao PL da Devastação. Gostaríamos de deixar registrado a importância de, como CONSEMA, nos posicionarmos diante deste projeto de lei. Entendemos que o Estado de São Paulo pode ter um diferencial, como já foi dito aqui, é muito importante que tenhamos uma posição de resistência, de luta e de defesa com relação à biodiversidade no

nosso país e principalmente no nosso território paulista. Passo a palavra então ao professor Alexandre Perinotto, que está aqui conosco online. Professor?

**00:41:12 Alexandre Perinotto:** Bom dia. Eu agradeço essa oportunidade. Fico feliz de estar aqui de volta nesse CONSEMA como convidado. Apenas para fazer e deixar registrado essa minha manifestação. Sei que devem estar cansados de me ouvirem falar em Geodiversidade aqui nesse plenário. Como geólogo, sei da enorme importância da conservação do nosso meio abiótico e por isso, sempre a minha grande insistência nesse tema. Entendo as posições dos membros da Comissão Temática de Políticas Públicas que não aprovaram a nossa proposta do Projeto de Lei de Geodiversidade para o Estado de São Paulo. Lamento, mas compreendo as motivações e agradeço a atenção que dedicaram ao debate do tema. Espero que possamos avançar enquanto CONSEMA nessa temática. Sem a geo não existe a biodiversidade. Uma das recomendações do relatório conclusivo da CTPP é a da reativação do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos. Conto com a sensibilidade e agilidade da nossa querida secretária Natália e do meu colega geólogo, subsecretário de Meio Ambiente, Jônatas, para que esse referido conselho possa ser urgentemente reativado, atualizado e venha desempenhar o seu importante e fundamental papel. Muito obrigado e estou sempre à disposição.

**00:42:29 Naiana Lanza:** Muito obrigada, professor. Então, agora voltamos ao plenário com a doutora Tatiana. Por favor.

**00:42:38 Tatiana Barreto:** Obrigada. Bom dia a todos na pessoa da senhora secretária. Endosso tudo o que foi falado em relação ao PL 1259, especialmente sobre a preocupação agora que recai sobre o Estado e os municípios no tema do Licenciamento Ambiental. E trago aqui também novos movimentos no Congresso Nacional diante dessa derrubada de um documento tão importante que é um PL que altera a data para consideração da área consolidada, urbana e rural, e um outro PL o 3313, que vem alterando a Lei 12.641, Código Florestal, Lei de Crimes Ambientais, Lei da Política Nacional, para dispor sobre limites ao poder de embargo, apreensão, restrições administrativas, ambientais e fundiárias, reforçando os direitos constitucionais ao contraditório e ampla defesa, à função social e livre atividade. De modo que é um movimento do Congresso no sentido de restringir todas as possibilidades aí, ou dificultar a possibilidade de imediata atuação administrativa, num impedimento da consolidação de degradações ambientais. Em relação à atuação do Ministério Público, informar que muito recentemente, ontem, disponibilizamos, junto com a Associação Paulista dos Municípios, um chamamento a todos os prefeitos, todas as secretarias municipais no engajamento de repassar e preencher um formulário que foi montado pelo Ministério Público, em conjunto com a APM, para receber informações em relação aos desastres, notadamente no que tange a toda a estrutura legislativa, de planos municipais, mas também a estrutura para atendimento das vítimas, considerando o Projeto Especial de Mudança Climática e Desastre, que nós temos no Ministério Público, com foco no atendimento às vítimas. Então, a gente colocou o prazo até o final de agosto junto com a APM, e estamos disponibilizando,

nos colocando à disposição para qualquer informação, e pretendemos, com isso, ter uma plataforma dentro do Ministério Público que consolide esses dados. Muitos deles não são disponibilizados pelos municípios nas plataformas oficiais, e daí sentar com o Estado também, senhora secretária, para deliberação em relação a esse tema tão importante. E por fim, considerando aqui a publicação da súmula do parecer da CETESB em relação ao Eia Rima do empreendimento do túnel imerso em Santos-Guarujá, gostaria de solicitar avocação para a discussão em plenário. Eu gostaria até de confirmar se já seria esse o momento para essa avocação. Acredito que sim, considerando que tem um inquérito civil no Ministério Popular do Gaema, para que a gente expanda e venha a expandir a discussão desse projeto muito importante. Obrigada.

**00:46:05 Naiana Lanza:** Obrigada. Passo agora a palavra ao coronel Navarro e, na sequência, ao Rodrigo.

**00:46:12 Leandro Navarro:** Bom dia a todos. Bom dia secretária Natália e a todos os conselheiros aqui desse colegiado. Vou compartilhar uma notícia importante para nós, que foi publicado na última segunda-feira, dia 28, um artigo científico em três idiomas na revista de abrangência internacional Veredas do Direito Qualis AI, sobre a atuação do Estado de São Paulo no combate à cadeia econômica do crime com relação ao desmatamento na região amazônica. Um trabalho de co-autoria de três oficiais da Polícia Ambiental, e que levou aproximadamente três anos para ser escrito, revisões e até a publicação nessa semana, onde foram analisados 2470 ocorrências de flagrante delito, com atuação direta da Polícia Militar Ambiental paulista, entre os anos de 2018 e 2022. Então traz luz, não só a questão do combate aqui ao desmatamento do bioma Atlântico e Cerrado, mas também a contribuição do Estado de São Paulo através da Polícia Militar Ambiental, de todo esforço aqui governamental, também de proteção do importante e vital bioma que é o bioma amazônico. Então, só para notícia, depois eu posso compartilhar através da Naiana esse artigo, recomendo a leitura, para engrandecer o conhecimento e entender toda essa trama do que envolve o crime com relação à questão do transporte e do armazenamento da madeira ilegal aqui de origem amazônica. Obrigada.

**00:47:52 Rodrigo Levkovicz:** Bom dia a todos. Cumprimento a todos, na pessoa da secretária Natália, subsecretário Jonatas. Bem rapidamente, só fazer uma referência. No dia 26 a gente teve o Dia Internacional dos Manguezais, um importante ambiente, e dizer que a gente está dando curso ao nosso monitoramento de manguezais, e agora, com a novidade, uma parceria com a USP, através da qual a gente vai analisar além do estoque de carbono, mas também quais metais pesados a gente está identificando nesses manguezais. É uma informação bastante importante. O projeto, que vai durar dois anos. As equipes já estão em campo retirando essas amostras, que vão ser analisadas, e aí, o que a gente vai trabalhar muito é a questão do chumbo, mercúrio, cobre, arsênico e zinco. Então, acho que é uma informação importante. Também falar do conselheiro Paulo Rêgo. Paulo, a gente não teve notícia de incêndio em Ubatuba. O que a gente teve foi uma ocorrência no município de Ilhabela e lá a

gente tem, assim como Ubatuba, mas principalmente Ilhabela, uma estruturação do São Paulo Sem Fogo. As equipes têm treinamento, têm equipamentos e, felizmente, o incêndio foi controlado sem maiores intercorrências. Bom, era isso. Obrigado, Naiana.

**00:49:29 Naiana Lanza:** Temos mais dois inscritos: Nalon e, na sequência, a doutora Amanda.

**00:49:36 Marco Nalon:** Bom dia a todos e todas. É só para dar uma notícia rápida, sobre o Projeto Biota Síntese, que foi apresentado aqui recentemente no CONSEMA uma nota técnica que é o potencial de serviços ecossistêmicos de polinização no estado de São Paulo. Esse projeto foi premiado agora em questão de algumas semanas, com o prêmio máximo do MAP Biomas, que premia todas as iniciativas do Brasil inteiro, que usam a base de dados e ganhou o prêmio principal como melhor aplicação científica dos dados do MAP Biomas, só para dar esse retorno para gente aqui, tá bom? Obrigado.

**00:50:18 Naiana Lanza:** Obrigada, Nalon. Por favor, doutora Amanda.

**00:50:18 Amanda de Moraes Modotti:** Bom dia a todos. Cumprimento a todos na pessoa da secretária Natália. Também, só para dar um informativo sobre as ações da PGE com relação à litigância ambiental e a projetos da própria secretaria. Hoje à tarde a gente vai dar abertura à primeira reunião do PGE Clima, que é um núcleo de estudos que a PGE montou voltado, inicialmente, para três eixos. Um é o mapeamento da litigância ambiental no Estado, o outro seria estudos para redução de litigância. Então, a gente vai estudar formas de conciliação, formas de redução de ajuizamento de ações, e trabalhar a conciliação previamente. Já estamos com uma reunião marcada com a MP, inclusive para apresentar esse eixo do projeto. E o terceiro eixo são formas de financiamento climático, especialmente para o Fina Clima. Então, até o final do ano, a gente espera apresentar bons resultados para aplicar para a administração.

**00:51:30 Naiana Lanza:** Bom, obrigada. Antes de passar a palavra para a secretária, eu gostaria de fazer uma pequena correção, que eu falei que a audiência pública seria no dia 17, e é no dia 14, na verdade, então peço desculpas. Aproveito para responder à doutora Tatiana em relação ao rito, se seria hoje, de fato, o momento do plenário pedir a apreciação do Eia Rima, que seria hoje, de fato. Então, para que isso ocorra, nós precisamos que um quarto do plenário decida trazer esse ponto de pauta para votação, ou a presidência, ou um quarto do plenário. E aí a gente vota, vai para votação, sendo se o plenário concordar, na próxima reunião, esse processo seria apresentado pela CETESB, o empreendedor. Seria esse o rito, tá bom? E agora eu passo então para a secretária.

**00:52:24 Natália Resende:** Obrigada, Naiana. Vou aqui na ordem, tá gente? Obrigada pelas contribuições. Começar aqui pelo Crepaldi. É bem fofinho, viu? Mas eu não estava com medo, não, eu só estava com cuidado, porque tem toda uma...

Mas enfim, a gente fica feliz de ver todo o trabalho, e até a questão das unhas, foi feita toda uma recuperação com cuidado, porque estava, por causa do atropelamento, aí o bicho-preguiça teve alguns problemas na própria unha mesmo, o pessoal fez toda recuperação, é bem legal, recomendo para quem tiver interesse de ver e de se aprofundar, a gente está à disposição. E aí eu queria só frisar uma coisa, que você falou que eu tenho batido muito na tecla, mas muito, muito, muito, dentro do Universaliza, inclusive até, se vocês puderem, e se a gente tiver a oportunidade de participar, não sei, a gente aqui, Cristiano, para falar sobre perda. É tão importante isso, eu tenho falado muito, porque o que acontece? A gente tem analisado cada autobacia do Estado, né? A gente tem 3.074 autobacias divididas nas suas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e a gente tem analisado as duas nos extremos, até em virtude do PEARC e da nossa estratégia climática, e mostrando para os municípios o seguinte: não adianta só eu ficar furando, furando, furando poço, se eu perco 50, 60% da água. Não tem condição da gente fazer isso mais. E tudo bem, não tenho problema em furar poço. Eu sempre falo isso. O pessoal fala: "Natália, você tem problema em furar poço". Não é isso, é furar mais de uma forma com que a gente tem a cadeia estruturada. Por isso que dentro do Universaliza a gente está tentando trazer os municípios para a gente olhar a cadeia como um todo, tanto da produção quanto da distribuição, aonde você coloca a água, o esgoto também, porque ele impacta na produção. E aí a gente tem situações aqui no estado de São Paulo que a gente tem UGRHIS, auto bacias, que têm disponibilidade hídrica, mas que o município sofre de estiagem. Por quê? Porque perde muita água, e aí tem que trocar, é rede de amianto, rede de ferro fundido e às vezes o município não tem investimento. Então o que o Estado de São Paulo e aí, de uma forma inovadora mesmo, está se propondo? Ele está se propondo a colocar recursos e colocar isso de uma forma organizada, olhando não só no curto, mas no curto, médio e longo prazo, para a gente se unir, olhar o que cada município tem de especificidade, porque as realidades são muito diferentes para, de fato, a gente regionalizar, respeitando a autonomia dos municípios e olhar não só mais uma parte da cadeia, mas toda ela. Então, o Universaliza é muito isso, é a gente fazer PPP para olhar o todo, botar recurso de uma forma organizada, reduzindo perda de água, que é uma das premissas, se não a gente não vai conseguir avançar no desafio da universalização, da resiliência hídrica. E isso é uma coisa que eu tenho falado muito. Então todo o evento que a gente tiver oportunidade de falar, a gente está à disposição, que é uma das premissas da parte de segurança hídrica, de resiliência que a gente colocou no PEARC, colocamos dentro do Universaliza, e aí a gente está tentando trazer os municípios para a gente fazer isso juntos, considerando as autonomias municipais e as titularidades que a gente sempre vai respeitar aqui no Estado. Então, até para trazer um pouquinho aqui, que eu concordo 100% com o que você falou. E aqui em relação ao Manara, ao Marcondes também, dar parabéns pela nova diretoria, Manara, Marcondes também. Colocar a gente à disposição. A gente já tem uma parceria de muito tempo e a gente sabe que tem muita coisa para fazer, mas eu acho que essa parceria é fundamental. Então a secretaria, o CONSEMA, enfim, a gente está muito à disposição para continuar e para cada vez estreitar mais a relação com vocês. Então obrigada por toda a parceria, por todo trabalho que vocês vêm fazendo aqui no

Estado, em âmbito nacional também, a gente está à disposição. E vou falar aqui de uma forma mais, também tentando juntar, porque foi muito falado aqui do PL 2159. O Marcondes falou, o Victorino também especificamente, o Leduc, a doutora Tatiana, Raquel, e bom, eu estava até conversando com o Jônatas para ver se vocês concordam. Primeiro, pela Lei Complementar 140, a gente tem desenvolvido aqui no Estado de São Paulo, já de um tempo e cada vez mais na nossa gestão também, uma conscientização, normas e previsibilidade em relação à responsabilidade ambiental. Olhando o que é baixo, o que é médio, o que é alto impacto, questões locais, é muito importante a gente considerar, muito, os biomas, aonde que tem que colocar empreendimento, porque aí eu vou frisar uma coisa que o Leduc falou muito bem para mim, conselheiro, que é, tem como a gente fazer desenvolvimento e desenvolvimento com responsabilidade ambiental, não tenho dúvida nenhuma disso. Nenhuma, nenhuma. O Estado de São Paulo é referência nisso e tem mostrado que é possível. A gente tem feito, tem feito muita obra, tem avançado muito, mas com toda essa preocupação aqui que a gente tem colocado. E em tudo, em todas as infraestruturas. Eu mencionei de rodovia, questão de drenagem, de hidrossemeadura, de solução baseada na natureza. A gente colocou isso no PEARC, a questão de saneamento também, e saneamento junto com a CETESB, de uma forma célere, sim, mas com qualidade. Olhando aonde que vai ser despejado, depositado, onde que os resíduos vão se encaminhar, isso tudo a gente está olhando. Dentro da Cetesb mesmo, a gente criou uma agência só para cuidar do saneamento, só para a gente ter toda uma responsabilidade. Sim, vamos fazer a universalização e vamos olhar também a qualidade do que é tratado, isso está dentro do nosso contrato, isso é super importante. Dá? Dá. Eu não tenho dúvida nenhuma, nenhuma. E o que a gente sempre tem tentado contribuir em âmbito nacional, porque é um PL que foge daqui das nossas ingerências, mas que pela preocupação que a gente tem com a Mata Atlântica, com os outros biomas, com o Cerrado também, a gente tem que falar. A gente às vezes fala da Mata Atlântica, mas a gente sempre tem que falar de tudo que a gente tem aqui no estado, de toda biodiversidade que a gente tem, que a gente tem feito um esforço muito grande, tanto em ter esse desenvolvimento sustentável quanto em restauração. A gente restaurou mais de 20 mil campos de futebol nos últimos dois anos. E a gente quer fazer cada vez mais. Está lá com a Fundação Florestal, agora com a PGE, num esforço grande da gente olhar PSA, fazer escala com PSA, contrato de longo prazo. Nos nossos 38 mil hectares que a gente mapeou dentro das Unidades de Conservação para restaurar cada vez mais. Então, o Estado de São Paulo, independentemente, sempre e cada vez mais, vai ter essa premissa, vai ter uma premissa de sim, vamos fazer desenvolvimento, mas com responsabilidade ambiental, com normas bem prescritas, com previsibilidade, com segurança jurídica. Isso daí é uma coisa que é premissa aqui. Então, eu acho que isso é um ponto que a gente tem que deixar bem, sempre bem claro. Frisar é ter orgulho. Acho que o conselho, todo mundo tem que ter orgulho de falar isso, que o Estado de São Paulo sempre vai ser referência. Outro ponto que eu queria discutir aqui, colocar também para a gente, para ver o que vocês acham. Dada toda essa referência, tudo isso que a gente já tem, a gente poderia fazer uma moção mesmo do conselho para poder falar: olha, a gente tem aqui toda uma referência no Estado de São Paulo e a gente

não quer que tenha retrocesso. É isso, a gente não quer que tenha retrocesso. A gente acredita que a gente pode sim fazer desenvolvimento, e desenvolvimento de uma forma sustentável, desenvolvimento com responsabilidade ambiental. Tem como, a gente faz isso no Estado de São Paulo e a gente acredita que o PL possa refletir isso. Então, se vocês concordarem, a gente pode fazer, aí, claro, tem várias nuances que tem, mas pelo menos a mensagem principal é essa e eu acho que valeria o conselho emitir. Valeria a gente falar isso e a gente pode encaminhar, a gente ver para quem, mas pelo menos até pedir para o Jonatas já ir minutando alguma coisa, que a gente não vai conseguir abordar todos os pontos, mas a mensagem, eu acho que a mensagem é importante. Vamos fazer desenvolvimento? Vamos. De uma forma responsável, sem retrocessos. Acho que a palavra é isso: não podemos retroceder, certo? Então, se vocês concordarem. A Naiana vai brigar comigo. De ter uma moção, um texto. A gente, eu acho que enquanto faz o primeiro ponto da ordem do dia, a gente acaba de revisar. Depois mostrar para vocês para ver o que vocês acham, e aí a gente fecha, o que vocês acham? Pode ser? Só para colocar aqui. Fala, Jonatas.

**01:01:51 Jonatas Trindade:** A secretária pediu para eu trabalhar aqui no texto, trabalhei rapidamente e ele vai ser de uma forma mais geral, como a secretária colocou, mas é para realmente passar a mensagem, considerando também que o veto ou a aprovação do PL está próxima, então, para a gente não perder o *timing* e aprovar nessa reunião de hoje mais geral, mas passando o recado, nessa lógica do que foi discutido aqui, eu fui anotando e fui construindo o texto, tá bom?

**01:02:16 Natália Resende:** Tá, então pode ser?

**01:02:19 Marcelo Manara:** Secretária, se me permite, pela ANAMMA nós vamos encaminhar pela ANAMMA São Paulo para a ANAMMA Nacional, para replicar essa mensagem do Conselho Estadual de São Paulo.

**01:02:28 Natália Resende:** Ótimo. Então, fazendo um parênteses aqui na minha fala, todo mundo concorda, certo? Se alguém não concordar, pode ficar à vontade também. Ótimo. Aí a gente vai acabar de trabalhar aqui, mostrar para vocês, para todo mundo ver também. A gente discute, só para também não perder aqui os outros pontos. Então, esse do PL 2159... Paulo, o conselheiro Paulo colocou aqui, a gente tem envidado muito esforço para tentar aderir o máximo dos municípios, e claro, independentemente disso, o estado de São Paulo está preocupado com as pessoas, então, a gente vai agir, a gente está aqui, o nosso comandante, o Rodrigo, também, olhando todas as partes, o litoral também, para a gente sempre estar atenta a essa questão dos incêndios e capacitando, enfim, trazendo os municípios. Eu vou pedir para o Cristiano entrar em contato com você, Cristiano, nosso subsecretário aqui de Saneamento, para pegar os pontos em relação à questão das estações, das ETEs, bater aqui junto com a Roberta, que é a nossa secretária executiva da URAE, que a gente criou só para poder mexer com os contratos da Sabesp e para poder ir atrás, ver o que está tendo de problema, fazer a interlocução. E aí a gente faz uma conversa

com você para saber exatamente, para a gente conseguir endereçar melhor aqui também. A Lúcia falou do PL, falou do PEARC, principalmente. E primeiro, Lúcia, queria agradecer sua participação. A gente sabe de todo o engajamento de vocês e isso é muito importante. A gente teve uma adesão das contribuições, uma incorporação de mais de 70%, isso foi muito importante. Por exemplo, essa questão que você citou das vulnerabilidades, a gente, a partir da consulta e das escutas ativas que a gente fez, a gente já tinha um eixo de justiça social, de justiça climática, a gente criou um bloco só de justiça climática em virtude disso também, até para esse primeiro ciclo de 42 ações, 101 subações que a gente colocou, a gente está acabando de preparar o relatório. A gente sempre faz isso, sempre coloca em consulta, pega todas as contribuições e vê como é que a gente consegue incorporar, incorpora parcialmente, totalmente ou não incorpora e porque, aí dá a resposta, porque isso é importantíssimo para a gente sempre dar esse *feedback* e falar o que a gente incorporou, e a gente acredita, eu acredito muito nesse processo de participação e controle social, muito. Então a gente leva muito a sério toda a cadeia, até a parte de fazer o relatório e colocar de uma forma transparente. Marina, fala bem rapidinho, que a gente vai disponibilizar.

**01:05:19 Marina Balestero:** Isso rapidinho. Bom dia a todos e todas. A gente acabou fazendo um balanço. A gente está realmente finalizando esse documento. Na verdade, além desse balanço das contribuições, o que entrou, o que não entrou, a gente também está fazendo um balanço das rodas de conversas e de todos os momentos de escuta que a gente fez aqui também, com articulação com outros conselhos. Então, só para trazer uns dados, a gente participou de 14 reuniões e eventos híbridos, presenciais e online, com cerca de 950 participantes. A gente realizou quatro rodadas de conversa com populações vulnerabilizadas ao longo do estado, que envolveram 100 participantes. A gente foi para o Pontal do Paranapanema, Ribeirão Preto, Litoral, ali no São Vicente, e aqui também em São Paulo, no Jardim Pantanal. A gente recebeu um total de 634 contribuições no documento, em todas as ações. Isso é uma coisa interessante, todas as ações receberam algum tipo de contribuição, então a gente conseguiu rever o documento como um todo a partir das contribuições que a gente recebeu, tanto no formato online quanto nas rodas de conversa. Então, a gente, dessas 634 contribuições, 73% foram incorporadas de alguma forma no documento, 45% aceitas integralmente e 28% encaminhadas para implementação, porque elas eram um detalhamento de como a gente poderia detalhar ou colocar em alguma região alguma sub ação proposta. Então é isso, a gente saiu de 49 ações e 216 sub ações para 46 ações finais e 233 sub ações no total e, para o primeiro ciclo, a gente selecionou 101 ações que o Estado se comprometeu em dar início para os próximos três anos, que é o nosso primeiro ciclo de implementação. E uma das novidades, a secretária já colocou, é que a partir das contribuições, a gente também criou um bloco especial de sub ações para a gente tratar o tema de justiça climática, o nosso eixo estruturante transversal também. Então, eu também queria agradecer a participação de todos aqui no processo de consulta pública, foi muito rico. A gente recebeu contribuições muito interessantes e em breve mesmo, a gente está fechando esse relatório, que ele acabou ficando um

pouco mais completo do que a gente imaginou no começo. Então a gente quer trazer também todos esses resultados das rodas de conversa de uma forma um pouco mais detalhada. Então, em breve está no ar também. Obrigada.

**01:07:46 Natália Resende:** Obrigada, Marina. Aí a gente traz o informe também aqui das datas, tá, Lúcia? E a gente está a disposição aqui também. Mas a gente vai fazer isso, sim. Vai deixar no site, vai deixar bem transparente. A Raquel tinha falado do PL 2159, a gente vai depois mostrar o textinho que a gente preparou. Professor período, sempre é um prazer te ouvir falar de geodiversidade e de outros assuntos também. Sempre convidadíssimo a estar aqui nesse nosso conselho, o de Mudanças Climáticas também. A doutora Tatiana falou do PL também, do 3313. Depois eu até queria sentar com você para entender melhor, para ver como é que a gente consegue endereçar e contribuir, para a gente conseguir refinar isso. E aí queria até te fazer uma proposta/convite, parabenizar primeiro pela iniciativa em relação a esse chamamento que vocês estão fazendo. Ia ser muito importante se a gente conseguisse agregar isso com uma dessas ações que a Marina colocou no PEARC. Então, se a gente pudesse ter, e aí fazendo um convite até, para vocês irem no nosso Conselho de Mudanças Climáticas aqui também, mas no nosso Conselho de Mudanças Climáticas, para apresentar, mostrar isso, porque tem algumas sub ações que vão muito ao encontro disso. Exemplo: a questão da infraestrutura crítica, que a gente está mapeando junto com a Defesa Civil, com o pessoal da saúde, para quando tem um desastre, por exemplo, a gente saber exatamente as infraestruturas críticas dos municípios para questão de água, de energia, de logística. Isso é super importante. Então, aqui no estado a gente está fazendo esse mapeamento, mas as informações dos municípios são essenciais, porque é aonde chega, aponta. Então, se a gente puder agregar isso, para a gente vai ser muito bom. Então, quando vocês tiverem já alguma consolidação, a gente podia marcar de levar, enfim, de agregar e discutir. Aí já fica o convite aqui. E em relação a questão de advocação, estava até pensando, aqui falando com o Jonatas também, como é um projeto muito importante e que eu acho que merece colocar todos os detalhes, enfim, eu acho que é uma coisa que a gente sempre tenta e tentou ao longo do processo, tanto que como estava aqui na pauta, eu até tinha pedido para a Raquel, que é nossa diretora da Artesp, vir aqui, ficar à disposição. Então, ela também está à disposição para tirar todas as dúvidas agora. E aí, se o conselho, a gente coloca aqui para votação, se for da vontade do conselho também, dessa advocação, a gente vota, coloca como a Naiana falou, nos termos regimentais, a gente pode até, para poder se dedicar especificamente a esse tema, chamar uma extraordinária no prazo regulamentar, daria dia sete a tarde, talvez, só não pode ser de manhã que tem Conselho de Mudanças Climáticas, mas para a gente detalhar só em relação a esse projeto. A gente pode fazer isso, aí é uma proposta aqui. Se for para avocar, para a gente, que aí a gente faz uma extraordinária, chama só para isso. Aí, Raquel, fica aqui o convite, que eu acho que ia ser bom vocês participarem também, expor, falar tudo, porque aí a gente tem mais calma de ter uma reunião só para isso, dada a importância. Então fica aqui também, depois a gente coloca para votar a primeira questão da advocação e depois isso, para a gente ter mais calma também, para poder discutir, dada a importância do projeto. Vou só acabar

aqui, Naiana. Isso aí a gente faz, tá? E parabenizar o nosso comandante Navarro pelo trabalho, pelo artigo que você comentou também e por tudo que vocês vem fazendo em conjunto na nossa fiscalização aqui. Comandante, parabéns. Rodrigo, também, em relação aos manguezais, a gente precisa voltar lá em Barra do Una, que também é uma ação super legal, gente, que a gente já comentou aqui no conselho, que a SP Águas, junto com a Fundação Florestal, com a Prefeitura de Bertioga, a gente aqui também está fazendo para poder proteger as pessoas, as comunidades tradicionais que estão ali e o manguezal, da questão de toda essa mudança climática. E aí, de uma das ações, sub ações do eixo que a gente colocou no PEARC, que é de Zona Costeira. Então, a gente tem que voltar lá. E já está a parte de enrocamento, está praticamente toda pronta. E parabenizar nosso querido Nalon aqui, e toda equipe do IPA também pela premiação e por todo o trabalho, Nalon. A gente fica muito feliz de ter vocês, de ter você à frente e de todo o trabalho que vocês desempenham com tanta qualidade, e como contribui para a política pública que a gente faz aqui. Obrigada, viu? Parabéns pelo trabalho de vocês. E por fim, nossa querida doutora Amanda também, obrigada pela participação. Parabéns por todo o trabalho da PGE, a gente fica muito orgulhoso. A gente tem até, cadê a Marina, que é nossa secretária executiva do Comitê. A gente tinha feito um convite para ver se vocês participavam do Comitê de Mudanças Climáticas nosso, porque essas iniciativas que vocês estão fazendo, que a gente está fazendo em conjunto são muito importantes, muito. A gente discutiu essa questão de mapear a litigância, ver até para a questão do planejamento de política pública é muito importante. Aonde que eu tô tendo mais ação? Por que eu estou tendo essas ações? Por que isso está acontecendo naquele local? Quais são os objetos? Então isso passa muito por informação, mapeamento. Então a gente fica muito feliz de contar com a parceria de vocês. E aí se a gente puder agregar também lá no comitê, a gente acha ótimo, tá? Acho que é isso, Naiana. Quer fazer a questão do túnel?

**01:13:37 Naiana Lanza:** Vamos fazer a questão do túnel, então. Então, de acordo com o regimento, a gente tem duas possibilidades, secretária: uma é o próprio presidente propor que isso seja analisado, então, não seria necessário a gente fazer a votação; ou os conselheiros, um quarto dos conselheiros teriam que se manifestar favoravelmente a isso, então, no caso, seriam nove conselheiros. Então a gente tem esses dois caminhos e aí, pelo segundo caminho, a gente teria duas votações: uma, primeiro, para a gente levar para a próxima reunião, isso vai ser deliberado aqui, e aí a gente votar sobre essa questão. Ficou claro?

**01:14:15 Natália Resende:** E sem prejuízo, gente, que se alguém tiver alguma dúvida, a Raquel também está aqui. Então a gente pediu até para ela vir, que eu falei: vem preparada. Então é bom que a gente, aqui até na reunião, se tiver alguma coisa.

**01:14:32 Naiana Lanza:** Alguém tem alguma coisa contrária?

**01:14:38 Natália Resende:** Coloca para votar a questão, para ver se o conselho concorda, para poder fazer essa avocação. Acho que é importante.

**01:14:44 Naiana Lanza:** O conselho, concorda, então, da gente fazer essa avocação para a próxima reunião? Vamos votar, então. Alguém contrário? Porque acho que é mais fácil, o contrário eu imagino que seja mais fácil. Tem alguém contrário a gente levar isso para a próxima reunião, levar para votação?

[01:15:09 inaudível]

**01:15:17 Natália Resende:** Aí eu vou propor para fazer a extraordinária. Vamos? Porque eu acho que tem mais calma para poder, eu acho. Eu acho que aí foca nisso. E a Raquel vem com calma, faz uma apresentação. Pode ser? Por favor.

**01:15:35 Amanda Modotti:** Secretário, eu posso até adiantar aqui. Há uma preocupação do GAEMA Baixada Santista, que inclusive já foi manifestada perante a CETESB, em relação ao diagnóstico climático a ser realizado dentro do Eia Rima, considerando a magnitude do empreendimento e a indicação de que, muito embora seja uma área já antropizada, que haverá supressão de vegetação nativa e notadamente de restinga e de mangue. Então esse ponto central trazido aqui pelo Ministério Público para elucidação. Obrigada.

**01:16:16 Natália Resende:** Não, está ótimo. Quer falar alguma coisa, Raquel? Deixa eu ver se a Naiana deixa.

**01:16:39 Raquel (sobrenome):** Sobre esse assunto, quando a gente fala... A gente conversou com o GAEMA sobre outro ponto, que o Santaella conhece, que seria as desapropriações em Santos, então isso a gente também tratou com o GAEMA. E com relação a supressão de vegetação, do lado de Santos e na área mais urbana do Guarujá, a gente não tem essa preocupação. O que aconteceu é que, com relação ao projeto da Dersa, que foi emitido uma licença no passado, a gente tem uma nova ligação com a Cônego Domênico Rangoni. Então o túnel, ele parava no Guarujá e só conectava na porção urbana, agora a gente tem essa conexão que passa ali para uma região mais arborizada, que conecta na Cônego Domênico Rangoni. Então, para esse estudo, a gente apresentou para a CETESB diversas alternativas tecnológicas, então, de como construir isso. A gente estudou também a alternativa de não existir essa conexão, como que isso traria um impacto para a cidade do Guarujá. Então, a gente estima que na Avenida Santos Dumont, uma das principais avenidas, teria a passagem de um caminhão a cada 30 segundos. Então teria essa dificuldade do município do Guarujá absorver esse tráfego de veículos pesados. Então, por isso, foi até uma proposta da prefeitura realizar essa conexão. Então, ali a gente tem diversas alternativas de traçado, de tecnologia construtiva, então a gente estudou mais próximo a área urbanizada, a gente está usando ali a área que tem hoje a linha de alta tensão. Então, a gente não causa nenhum distúrbio para o aeroporto, ao mesmo tempo que a gente já tem, por ser uma região de solo mole, um solo um pouco mais estabilizado, e também a gente fez todo o estudo para o mangue não morrer na parte que ele seria separada por essa nova ligação. Então a gente tem toda a passagem

de fauna, passagem de água, para que esse mangue continue irrigado. E foi uma preocupação muito grande da CETESB e que a gente acabou endereçando de maneira mais detalhada no processo.

**01:18:46 Natália Resende:** Obrigada, Raquel. Vamos fazer assim, então, só para a gente dividir, ficar bem organizado aqui, até dada às justificativas. Enfim, um primeiro bloco, é só para a gente deixar direitinho na ata, para avocar sim ou não, e a gente precisa de, no mínimo, nove. Avocado, a gente faz a extraordinário ou não, dia sete a tarde, pode ser? Então, em relação ao primeiro bloco, aí a gente precisa de, no mínimo, nove. O conselho quer avocar, não quer avocar? Aí vamos contar aqui, gente.

**01:19:26 Naiana Lanza:** Vamos lá. Então eu vou fazer a pergunta específica, vamos ver se ajuda: Quem é a favor da solicitação de apreciação do Eia RIMA no plenário do CONSEMA? Nove.

**01:19:37 Marcelo Manara:** Só uma questão de ordem, poderia verificar se o titular está se manifestando? Porque senão eu fico perdido, que eu não estou vendo aqui.

**01:19:53 Naiana Lanza:** Não, ele não está se manifestando. Ele levantou depois. Então a gente tinha nove no plenário e seis online. Então, diante disso, será avocado para a próxima reunião, que então precisamos definir a data. Então, a próxima votação seria em relação à realização da reunião extraordinária no dia sete, com pauta única, para a gente tratar somente desse empreendimento no período da tarde. Algum conselheiro é contrário a essa sugestão da gente fazer a reunião extraordinária no dia sete da semana que vem? Não. Então fica aprovada então a reunião extraordinária semana que vem para a gente tratar desse assunto exclusivamente.

**01:20:55 Natália Resende:** Senhora Raquel, já convidada.

**01:21:00 Naiana Lanza:** Então, agora passamos para o próximo ponto de pauta que é a apreciação do plenário do Relatório Final da Comissão Temática de Políticas Públicas sobre as recomendações referente à proposta de criação da Política Estadual de Geodiversidade, Geoturismo e Geoparques para o Estado de São Paulo. Convido a fazer uso da palavra a senhora Lúcia Sena, que foi a relatora do processo. Lúcia, seja bem-vinda ao plenário do CONSEMA.

**01:21:36 Lúcia Sena:** Bom dia a todos. Nós temos um relatório que foi apresentado pelo professor Perinotto aqui, todos nós já sabemos exatamente qual era a proposta, e hoje eu vim apresentar o relatório que foi feito pela Comissão Temática de Políticas Públicas. Vamos lá? Esse projeto foi apresentado ao Palácio e não aqui no CONSEMA, inicialmente. É uma proposta da FebraGeo, que é a Associação dos Geólogos, e pelo Comitê Científico do Projeto do Geoparque de Corumbataí. As discussões que trouxeram essas propostas foram feitas nessa IX Geopolítica, encaminhada ao Governo de São Paulo através de uma minuta de projeto de lei, e depois de analisada pelo corpo técnico da Subsecretaria e da Subsecretaria de

Energia e Mineração, ele foi submetido à deliberação do CONSEMA, nº 10, e a relatoria foi atribuída a Subsecretaria. Como é composta essa proposta? Primeiro, a criação de uma Política Estadual de Geodiversidade, Geoturismo e Geoparques. Ele traz os princípios e as diretrizes que normalmente são objeto de uma legislação de política, a criação de um Conselho Estadual de Geodiversidade, com a característica de ser um conselho consultivo e normativo, traz a previsão de um Plano Estadual com vigência de quatro anos, o reconhecimento e o apoio aos Geoparques, a promoção do Geoturismo e a criação de um fundo de financiamento específico. Eu achei importante a gente destacar um pouco o quais eram os recursos que esse fundo previa, que era 5% de arrecadação anual dos royalties de petróleo e gás, 50% da CFEM estadual e 1% da receita bruta de empresas públicas e privadas no setor mineral, rodoviário, ferroviário e hidroviário. Quando foi trazido à discussão, foram levantados alguns problemas e, especialmente, primeiro, a redundância e a inadequação jurídica da proposta. A gente fez, inclusive está no relatório, um levantamento da legislação, porque a proposta dizia que não havia uma proteção à geodiversidade. E a gente acha que a geodiversidade já está realmente abraçada em toda a legislação ambiental e que não seria interessante a gente criar um outro fórum para discussão fora desse arcabouço jurídico que a gente tem. Então, a discussão na Comissão começou exatamente nesse sentido, dizendo que aquilo que estava sendo trazido nesta proposta já estava realmente contemplado nas normas, tanto nacionais como as normas estaduais, e o relatório elenca uma série de legislações que comprovam isso. Em segundo lugar, a gente discutiu um pouco que a legislação infra legal seria suficiente para trazer essa proteção. Então, só à guisa de exemplo, o Sigap, que é criado através de um Decreto Estadual, já acolhe os monumentos geológicos e tem realmente dentro do próprio Snuc nós temos uma série de Unidades de Conservação direcionadas especialmente a proteção da geodiversidade. Então, a gente considerou que se fosse necessário algum reforço, vamos dizer assim, para isso seria possível fazer através de uma legislação infra legal. Em terceiro lugar, a gente considerou que a proposta traria um risco realmente de burocratização e de superposição administrativa e que, dada a, inclusive o grande número de legislações que já fala sobre isso, não seria necessário a gente ter uma legislação de política nos moldes que ela foi proposta. E, finalmente, com relação à viabilidade econômico, financeira e técnica do Fundo Estadual, eu lembro que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que quando se vai propor a criação de um fundo é necessário que se estude o impacto que isso vai trazer. E a gente verificou que a proposta dos recursos que veio poderia impactar uma série... Por exemplo, se nós falarmos em royalties de petróleo, poderia realmente impactar todos os municípios do litoral que recebem os royalties do pré-sal, isso é só um exemplo, e esse estudo não foi agregado à proposta, então a gente achou que realmente era delicado que se propusesse algo nesse sentido sem um estudo um pouco mais aprofundado. Bom, eu quero reforçar aqui que a posição da Comissão foi unânime. Nós ouvimos na Comissão não só os membros do CONSEMA, mas especialmente a Subsecretaria de Energia e Mineração, que discutiu conosco. Nós trouxemos o IPA, que não faz parte da Comissão, mas que trouxe alguns pesquisadores da parte de geologia do IPA, que vieram nos ajudar a pensar também sobre isso. O professor Perinotto esteve conosco nas reuniões, então

eu quero dizer que essa conclusão foi unânime na Comissão. A conclusão do relatório é a seguinte: primeiro, pela desnecessidade da edição da nova lei estadual específica sobre geodiversidade, geoturismo e geoparques. Em segundo lugar, pela inadequação técnica da criação do fundo específico, que o fundo realmente preocupou a todos da forma que estava proposto. Em terceiro lugar, pela recomendação de uso de instrumentos infralegais e a integração com políticas já existentes. E finalmente, que inclusive o professor Perinoto agora destacou na fala dele, pela reativação do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos, que foi alterado pela Resolução SMA 46, de 2015, com a sugestão que, no âmbito deste conselho, possam ser discutidos os pontos levantados neste relatório quanto às questões jurídicas, operacionais e orçamentárias, buscando o instrumento mais adequado para reger o tema da geodiversidade, em consonância com o arcabouço legal e com as instituições voltadas à proteção e conservação ambiental. Então essa foi a nossa conclusão na Comissão e enfim, submetemos ao plenário e estou disposta a responder qualquer pergunta. E não fui eu quem foi a culpada, não, viu, secretária?

**01:30:53 Naiana Lanza:** Obrigada, Lúcia. Algum conselheiro gostaria de fazer algum comentário, alguma consideração, antes da gente passar para aprovação ou não do relatório? Doutora Tatiana, por favor. Online, não temos ninguém inscrito, então somente a doutora Tatiana e Henrique.

**01:31:15 Tatiana Serra:** Obrigada, Naiana. Nós, o Ministério Público, temos muita preocupação com um olhar específico em relação a esse tema, no sentido de ter uma proteção específica para esse patrimônio geológico, não só abarcado como um dos elementos da biodiversidade, importantes para a preservação ambiental, mas uma proteção específica desse patrimônio. Além disso, eu tenho uma questão a ser feita: nessa avaliação pela não viabilidade de uma proposta legislativa específica, se se considerou suficientes as definições, determinações que já são feitas em normativas federais ou estaduais que eu considero haver uma falha de definição de termos específicos em relação a essa temática. E, além disso, no que concerne ao fundo, não afastando a preocupação com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que eu chamo a atenção aqui, uma passagem do relatório, é que o recolhimento já estaria sendo feito pela receita por arrecadação da Secretaria da Fazenda e Planejamento, quando na verdade a gente sabe que, uma vez que cai nesse orçamento maior da Secretaria da Fazenda, a voltarem, e investimento na área ambiental bastante pequena, muito mais ainda nesse tema que estamos tratando agora. Então, eu acho que demanda um debate maior no âmbito estadual, por ser uma preocupação fundamental, um olhar específico em relação a esse patrimônio, e lembrando aqui que eu fui conselheira do **Feed 01:33:37**, sou conselheira do Feprac, e todo final de ano há uma sinalização da Fazenda por pegar, essa palavra não muito apropriada, mas para pegar recursos do **Feed**, e agora, também sinalizando o Feprac, para custeio da máquina orçamentária. Então a existência de um fundo específico com finalidade específica ele traz essa segurança no retorno e no investimento, muito embora concorde aqui com o que foi falado em relação à questão orçamentária, a questão de avaliação do impacto em relação àqueles que viriam a financiar e, eventualmente, que já financiam outras

fontes, outros fundos. Então seriam esses os pontos que eu coloco aqui. Muito obrigada.

**01:34:39 Naiana Lanza:** Obrigada, doutora Tatiana. Eu vou passar então para o Henrique e depois para o Crepaldi.

**01:34:46 Henrique Kefalás:** Bom dia a todos e todas. Obrigado pela apresentação. Eu gostaria apenas de destacar a necessidade de uma abordagem, talvez, mais enfática no âmbito da gestão das Unidades de Conservação para esse elemento da conservação da geodiversidade. Eu não encontrei no relatório, por exemplo, as informações que demonstram essa sobreposição. Por exemplo, esses sítios de geodiversidade, eles estão, qual a proporção da sobreposição disso com Unidades de Conservação? Porque se esses espaços estão majoritariamente dentro dessas áreas que já são protegidas, qual tem sido o enfoque de gestão dessas Unidades ou da aplicação dos planos de manejo construídos nessas Unidades para conservação desse espaço da geodiversidade? E aí, eu falo isso no exemplo da área onde a gente atua mais, na Zona Costeira, a gente tem, por exemplo, nas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Estado de São Paulo, as Zonas de Proteção da Geobiodiversidade. Então, qual tem sido as abordagens específicas dentro da implementação dos planos de manejo para salvaguardar esse patrimônio ambiental da geodiversidade? Então, acredito que se a gente reforçar, daí para a gente não... Eu entendo essa análise sobre as redundâncias, a aferição de fundos específicos para isso, mas a gente olhar para as ferramentas que nós já temos, qual tem sido o olhar, a abordagem específica dentro dessas ferramentas para esse patrimônio ambiental. E aí talvez a gente já consiga endereçar grande parte dessas preocupações colocadas em torno da criação de uma política estadual específica para salvaguardar esse patrimônio ambiental. Então é apenas esse comentário, eu gostaria de adicionar e sugerir esse enfoque dentro da gestão das Unidades de Conservação e da implementação dos planos de manejo, para se observar esse cuidado com a geodiversidade. Obrigado.

**01:36:46 Naiana Lanza:** Conselheiro Crepaldi, por favor.

**01:36:50 Ricardo Crepaldi:** A minha preocupação é mais o ponto do que colocou, a reativação do conselho. Por que esse conselho foi desativado? Aí que vem o ponto, a dúvida. Porque se ele foi desativado, possivelmente é porque ele não tinha ações, ou as ações não eram efetivas, e ele não ia para lugar nenhum. E aí ele foi aos poucos morrendo. Então, uma reavaliação sobre a questão desse conselho e sobre as atribuições dele, sobre a composição, se realmente tem um controle social lá dentro, como a gente vem trabalhando hoje, ou seja, ele faça reuniões, faça discussões e essas discussões vão para algum lugar, no caso, para o Governo do Estado. Então, assim, esse é o ponto de preocupação, reativar alguma coisa, quer dizer que já tem alguma coisa errada porque ele estava desativado. Por que ele morreu? Então, para que isso não aconteça novamente e ele tenha uma participação popular, ou seja, de controle social adequado aos dias que nós estamos hoje, ok?

**01:37:53 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Lúcia, por favor.

**01:37:57 Lúcia Sena:** Eu só queria esclarecer, inicialmente, uma coisa: os Geoparques são ligados a um programa da UNESCO e não tem características de uma Unidade de Conservação. Então, o objetivo que está posto na proposta em relação aos Geoparques é de fomento a turismo regional e desenvolvimento, tanto que está sendo implementado, pela Secretaria da Habitação, um Geoparque, eu não sei exatamente qual é a área, inclusive a Secretaria de Habitação esteve aqui conosco na reunião esclarecendo o que eles estavam fazendo, porque havia sido colocado aqui numa reunião do CONSEMA que, o próprio Trani, eu acho que trouxe essa informação. Então acho que é importante a gente ficar sabendo que nós não estamos tratando de algo que merecesse, vamos dizer assim, essa fiscalização ou qualquer coisa assim, é um projeto de desenvolvimento turístico o objetivo dos Geoparques. Em segundo lugar, em relação ao conselho, ele foi, lá atrás, criado, vinculado ao então Instituto Geológico, e ele diagnosticou, vamos dizer assim, algumas Unidades que seriam importantes, e depois ele realmente foi morrendo. Os secretários que vieram nesse período não tiveram interesse, então acabou morrendo. E ele, embora o decreto de criação continua em vigor, me parece, mas ele não foi agasalhado, vamos dizer assim, pela nova estrutura da SEMIL, ele não está listado entre os conselhos existentes. O que se conversou e foi, inclusive, o Perinotto participava daquele conselho lá atrás. Ele foi, inclusive, um dos membros desse conselho. Então eu acho que o que nós achamos que seria prudente, nós reativarmos o conselho no sentido de estar fazendo uma discussão um pouco mais aprofundada sobre esse assunto, mas eu acho que seria, talvez, necessário a gente rever a sua composição à medida que a gente precise garantir realmente a participação social e que todos os membros estejam inseridos neste conselho.

**01:40:56 Natália Resende:** Só para a gente pensar também, aí a gente poderia até formular melhor, Lúcia, e trazer, na próxima reunião, o seguinte: o que eu acho que aconteceu ao longo de vários anos no âmbito da administração pública, não só estadual? E isso é uma coisa que a minha preocupação é de fragilizar articulações. Eu acho que muitas vezes, não só no Estado de São Paulo, em várias políticas públicas, vão surgindo e, dadas as suas importâncias e, enfim, pelos vários interesses que têm, interesse eu digo teoricamente falando aqui, no mundo regulatório, de se desenvolverem e quererem criarem campos específicos, com fundos específicos, com partes específicas que não se articulam como um todo, isso é muito comum de acontecer. Então, se a gente olhar no Brasil a quantidade de fundos, por exemplo, que tem, é imensa e funciona? Não funciona. A maioria. Por quê? Porque não está articulado num negócio maior e muitas vezes é aquela vontade de: “pô, eu quero fazer”, e são vontades genuínas e verdadeiras de: “ah, eu quero fazer, então eu vou criar um fundo para mim”, mas acaba não articulando num todo e acaba provocando fragmentações que são ruins para uma política pública maior. Estou falando de forma geral aqui, não estou nem falando desse assunto. Isso é uma coisa que já foi muito discutida em âmbito federal, que a gente discute muito aqui para quê? Para a gente

ter políticas públicas integradas e com fonte de financiamento, independentemente se é fundo, se é Fina Clima, que a gente criou para exatamente dar mais celeridade, sabendo a questão orçamentária, que foi uma lei de 2021 que fez isso, que você está falando, de chegar no fim do ano e retirar para poder voltar ao Tesouro, né? Então é uma lei que tem aqui de 2021, por uma questão de racionalidade orçamentária, financeira que existe em outros lugares do Brasil também. Então, assim, só dando um panorama geral de que é importante a gente ver a especificidade de cada política pública, ver as suas fontes de financiamento, não necessariamente fragmentando e criando lócus, a gente vai conseguir chegar no resultado, porque eu acho que é isso que às vezes falta na administração pública de forma geral. O que eu quero, qual resultado que eu pretendo? Qual é o meu objetivo? O meu objetivo é o interesse público que está na ação X, Y, Z. Qual é a metodologia, premissa metodológica para eu chegar nela? Então, esse planejamento é uma coisa que aí, voltando nesse assunto, a gente está tentando, dentro da secretaria, fazer de forma articulada. Por quê? Porque eu quero atingir o objetivo. Então qual é o objetivo, quais são as ações, quais são as metas, os indicadores e daí eu faço isso tudo, não o contrário. Isso é importante em qualquer política pública da gente ter método. E aí, nesse assunto, dentro do nosso Plano do Meio Ambiente, como é que eu consigo fazer isso de forma articulada, com as ações que eu já tenho, com tudo que já vem sendo desenvolvido, como é que eu consigo, por fonte de financiamento diversas, não necessariamente criando um fundo para isso, que muitas vezes não vai ser o que vai resolver, não vai ser o criando outra lei. A gente tem uma lógica de civil no Brasil que às vezes a gente acha que a lei resolve e muitas vezes não resolve. A gente sabe disso. E o que eu não gosto mesmo é criar papel para não resolver. A gente quer ação. Acho que isso que as pessoas esperam da gente, o meio ambiente espera da gente. Então, acho que foi muito nessa linha que Lúcia, me corrige aqui, quem sou eu para ir de encontro à nossa querida Lúcia aqui, mas muito nessa parte, que é o que a gente pode ver dentro das nossas políticas públicas já estabelecidas, já bem feitas, no nosso Plano do Meio Ambiente, como é que a gente consegue melhorar cada vez mais esse ponto específico, esses pontos discutidos e uma governança? Uma governança com controle social, com isso tudo que, inclusive, a gente pode usar o próprio CONSEMA mesmo aqui de discussão, alguma Câmara Técnica para discutir isso. Não necessariamente, aí para a gente estudar, não necessariamente criar um colegiado que, se não é isso, fica trocentos colegiados, às vezes sombreando, às vezes não conversando entre si, então qual é a necessidade, e se for, tudo bem, não tenho problema nenhum em relação a isso. Só estou trazendo reflexões aqui, que aí a gente pode inclusive aprofundar dentro das nossas ações, sub ações, de PEARC, do Plano do Meio Ambiente, para a gente desenvolver o assunto de uma forma efetiva. Só um ponto de reflexão, não é, Lúcia?

**01:45:48 Lúcia Sena:** É isso aí. E eu acho que com relação à, respondendo até essa sua pergunta, o Comitê de Plano de Manejo têm um roteiro metodológico que agasalha essa preocupação. Eu acho que é desnecessário, realmente. Sabe, lá atrás, e isso é uma coisa que eu falo de vez em quando, porque me marcou muito, quando a gente foi fazer a criação do IPA e a junção dos três institutos, havia uma reação do

peçoal da geodiversidade muito grande no sentido de que eles diziam para mim assim: “nós não somos meio ambiente”. E a gente dizia: “olha, vocês são meio ambiente”. Então, acho que aqui vale, de novo, dizer isso: a geodiversidade tem que estar agasalhada na legislação ambiental, porque é fundamental para que a qualidade ambiental seja garantida. E se a gente criar um novo conselho, como estava proposto na proposta, que fosse deliberativo e que pudesse criar uma outra linha de atuação, eu acho que isso seria mais prejudicial do que benéfico, então por isso acho que é um assunto que precisa realmente ser melhor estudado, as Unidades de Conservação com certeza já agasalham isso, então acho que a gente pode fazer o levantamento que você sugeriu, mas você vai ter com certeza uma informação que a geodiversidade está protegida pela legislação que nós temos, eu não tenho dúvida.

**01:47:48 Rodrigo Levkovicz:** Bom, posso só complementá-los? Então, só para complementar o debate. A gente tem vários atrativos que contemplam e, vamos dizer assim, monumentos da geodiversidade. A gente tem outros órgãos com competência. Quando a gente fala de sítio arqueológico, a gente tem o IPHAN. Então assim, tem várias camadas nisso. Eu acho que as Unidades fazem um papel importante, que é o de preservação em primeiro lugar, e eu acho que o outro papel é de mostrar essas áreas e trabalhar a educação ambiental nelas. É óbvio que tem que ser aprimorado, mas bom, eu posso trazer cavernas aqui, todo o trabalho que é feito no PETAR, Intervalles. A gente tem aqui, reabrir o Pico do Corcovado junto com a comunidade indígena, agora em Ubatuba. Então a gente tem vários trabalhos nesse sentido. Vale, eu acho, talvez é uma amplificação da nossa atuação, a gente tem os sítios lá na Ilha do Cardoso que fazem parte dos roteiros que as comunidades visitam junto com as pessoas. Eu acho que talvez valha a pena a gente trazer um pouco mais de foco nessa divulgação, acho que é uma sugestão que foi trazida muito bem vinda e a gente se compromete aqui, até o final do ano, trazer uma coisa mais organizada. Acho que até em termos de divulgação, como a gente teve o roteiro de trilhas, a gente teve roteiro de mergulhos. Quem sabe a gente não consegue trazer um roteiro da geobiodiversidade nas Unidades de Conservação, com uma primeira medida para a gente dar mais clareza para a sociedade do que a gente protege e como que a gente pode avançar. E aí, já aproveito e convido o Nalon, que já está lembrando dos bônus aqui, para a gente fazer isso junto com o IPA. E aí, quem quiser integrar essa iniciativa, acho que vale a pena, a gente se coloca à disposição.

**01:49:49 Naiana Lanza:** Leduc, por favor.

**01:49:51 Eduardo Leduc:** Bem rápido. Acredito que a discussão está todo mundo chegando mais ou menos já há um consenso. Mas assim, para quem não atua nesta área específica, por exemplo, eu não atuo na área de geobiodiversidade, biodiversidade é a parte viva, geo é a parte abiótica, digamos assim, a parte que está ali dos solos ou da parte que, a parte que sem vida inclusive, é muito difícil para a gente, como cidadão, saber distinguir qual seria a grande diferença em termos práticos, lá na ponta. Então, imagine se o Parque Estadual da Serra do Mar, em vez de ser um Parque, uma Unidade de Conservação, vira o parque de

geobiodiversidade. Bacana, ele pode virar porque aí também toda a parte das rochas, o que está lá, vai ser conservado no mesmo conceito. Então, na minha visão, é que a legislação de biodiversidade, tem que ter parágrafos ressaltando a importância desta parte também. Fazer uma outra não vai dar para ter geobiodiversidades sem a parte viva que já existe ali. Então, eu vejo muito complicado para a gente poder depois, no campo, atuar, defender, digamos assim, fazer o controle social nos municípios, o que é um, o que é o outro. A gente vai ficar dividido e sem recurso nenhum. Os poucos recursos que tem já vão ficar de um lado para o outro. Nós vamos ter casos em que as duas coisas se encontram muito a parte abiótica da biótica, e acho que aí essa legislação pode reforçar esses pontos. Mas eu sou novamente, como foi falado, mais favorável nesse caminho, porque é muito difícil separar.

**01:51:59 Naiana Lanza:** Bom, não temos mais conselheiros inscritos para falar. Ah, não, aqui o Paulo do Rego levantou a mão. Por favor, Paulo do Rego.

**01:52:05 Paulo do Rego:** Não, só reforçando essa questão que estava sendo colocada pelo Eduardo Leduc, da importância de realmente trazer para a legislação um reforço dessa visão sobre o Geoparque. E assim, eu acho que a Comissão poderia até voltar com o tema no sentido de estabelecer critérios através, talvez de uma resolução do CONSEMA, no sentido de incluir essas análises dentro do processo de Licenciamento. Quando a gente traz essas questões no processo de Licenciamento dissociado, o controle social fica muito difícil. Então, mais no sentido de reforço e de pensarmos em como uma legislação infra legal, como bem salientou a Lúcia, pode tratar desse tema, e eu acho que realmente o relatório está de parabéns, eu acho que a gente se debruçou com muito cuidado em todo o processo, mas que a gente tenha realmente esse cuidado de não dissociar a parte geológica da parte da biodiversidade especificamente. Obrigado.

**01:53:21 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Então acho que podemos, então, passar a votação do relatório. Então, primeiramente, eu vou perguntar aqui aqueles que se posicionarem em contrário ao relatório, por favor, levantar a mão por gentileza. Alguém é contrário à aprovação do relatório?

**01:53:28 Tatiana Serra:** Eu só tenho uma dúvida: porque o relatório fala pela reativação do Conselho Estadual, e a discussão aqui é que ela prossiga dentro de uma Comissão Temática do CONSEMA para avaliar medidas que privilegiam o financiamento, que tem evidência a esse patrimônio, o patrimônio geológico. Então, é nesse sentido que eu fiquei na dúvida na aprovação completa.

**01:53:58 Naiana Lanza:** Acho que mais pessoas estão com esse entendimento também, seria o caso de ir para a Comissão Temática ou aprovar o relatório. Eu entendo que a gente poderia votar o relatório.

**01:54:12 Lúcia Sena:** Eu acho que podemos aprovar o relatório com recomendação.

**01:54:22 Naiana Lanza:** Com as recomendações que foram apontadas aqui. Então vamos lá, novamente. Então, aqueles que se posicionarem em contrário, por favor se manifestar levantando as mãos, por gentileza, quem for, o relatório, com aprovação, com recomendações? Ninguém. Alguém se abstém?

**01:54:48 Paulo do Rego:** Por uma questão de ordem, não entendi. Nós estamos votando o relatório com as restrições ou sem as restrições?

**01:54:52 Naiana Lanza:** Com recomendações, com as recomendações que foram levantadas aqui, as recomendações em relação ao fundo...

**01:55:06 Paulo do Rego:** Não, é que você falou quem é contra o relatório, e aí eu entendi se é contra o relatório com as recomendações ou sem a recomendação. É só uma questão de ordem de votação.

**01:55:17 Naiana Lanza:** Só um minuto, pessoal.

**01:55:30 Paulo do Rego:** Esse financiamento de reabrir o conselho, acho que é o que deveria ser colocado em votação antes, separada do relatório, que eu acho que essa é a ressalva que se quer pôr no relatório.

**01:55:49 Natália Resende:** Gente, então vamos lá, só para a gente focar aqui. Então, seria a aprovação do relatório com a recomendação de reativação do conselho, é isso? Certo. Que o relatório coloca, recomenda isso, certo? E aí a gente faz isso, coloca esses pontos aqui também, leva para poder ver a questão de financiamento, de o que é que precisa melhorar, parágrafo, enfim, que aí eu acho que tem um lócus, é isso?

**01:56:17 Paulo do Rego:** Eu só gostaria de, acho que a gente poderia votar antes se a gente quer reativar ou não o conselho, e depois a aprovação do relatório com essa recomendação ou não.

**01:56:32 Ricardo Crepaldi:** Secretária, eu até sugeri criar um grupo, um GT específico, podia ser também. Então assim, um jeito só sobre isso em vez de ter um novo conselho no estado.

**01:56:48 Alexandre Perinotto:** Natália, eu posso falar? Eu só gostaria de, abusando aqui como convidado, mas eu vi várias menções aí ao que eu encaminhei de ressaltar que o Conselho Estadual de Monumento Geológico é uma grande conquista do Estado de São Paulo, que teve um desempenho muito interessante. Geodiversidade é um conceito que surgiu no início dos anos 2000, então muita gente tem dificuldade de entendimento disso. Eu acho que eu acompanhei tudo o que foi feito na Câmara Técnica, eu entendi tudo o que foi discutido lá. O relatório que a Lúcia fez traz os embasamentos necessários e se debruçou muito nessa questão da reativação do conselho. Não é um conselho novo, é um conselho que já existe e ele simplesmente,

eu faço parte da memória viva disso, desde o seu início, ele vinha trabalhando e reunindo com o pessoal do antigo IG, e quando o secretário Bruno Covas foi o secretário de Meio Ambiente, simplesmente houve uma descontinuidade, não houve mais convocação, nós não fomos consultados. Não é que o conselho foi morrendo ou foi desativado porque não tinha mais função, ele entrou e o Bruno Covas não nos convocou mais. Não entendemos nunca porque, muitas coisas que estavam em andamento foram descontinuadas. Mas eu reforço aqui e concordo com as posições. Entendo, na verdade, as posições da Comissão Técnica. Eu participei até o fim e fiquei bastante satisfeito quando houve essa recomendação da reativação desse Conselho Estadual de Monumento Geológico. São Paulo é pioneiro nisso. São Paulo é uma referência nisso. E se nós não recontinuarmos esse conselho, não reativar esse conselho, acho que também vai ser um retrocesso. Então eu gostaria de reforçar a reativação desse conselho. Muito obrigado.

**01:59:10 Natália Resende:** Obrigada, professor. Vamos lá então gente, pegando aqui a conclusão para a gente ser bem objetivo mesmo e fazer a votação bem direitinho aqui, de acordo com as normas regimentais. Se a gente for olhar a conclusão lá do relatório, ele tem quatro pontos, certo? O quarto é dessa questão da reativação. Vamos fazer o seguinte, que é a forma que a gente faz a votação também, não só aqui no CONSEMA, mas vamos votar o relatório e aí a gente vota também no destaque, quem quer tirar ou não essa questão da reativação, só para a gente deixar claro isso. Então, primeira coisa, votando o relatório da forma como ele está com os quatro pontos, inclusive a reativação do conselho, que está no quarto ponto, pode ser? Então vamos primeiro votar isso. Quem se manifestar contrário levanta a mãozinha, certo? É isso. Alguém? Beleza. Então, fica até um negócio, mas tudo bem, vamos lá. Então, aprovado por unanimidade, certo? Outra votação, só para ficar claro, pelo destaque em relação ao item quatro da conclusão da reativação do conselho. Tem alguém que se manifesta contrário a tirar? Está certo, contrário a não reativar? Eu vou repetir. Vamos lá, só para ficar claro, é porque uma vez que você aprova o relatório, você está aprovando tudo, mas tudo bem, vai. Voltando ao destaque aqui. O item quatro fala pela reativação do conselho, tá bom? Tem alguém que é contrário a reativar o conselho? Contrário a reativação do conselho?

**02:01:18 Henrique Kefalás:** Só uma questão de ordem. Eu acho complicado, secretária, com todo respeito, a gente deliberar o não pela... O conselho está criado para uma resolução SMA. Acho que é como o professor Perinotto falou, a gente precisa fazer cumprir isso.

**02:01:32 Natália Resende:** Eu sei, eu só estou votando por questão de democracia mesmo, porque a gente pode revogar a resolução, mas é só uma questão formal mesmo.

**02:01:39 Henrique Kefalás:** E já foi discutido na comissão. Então acho que não cabe a gente mexer também nessas conclusões da Comissão. Poderia, tem atribuição, mas...

**02:01:48 Natália Resende:** É, não a votação aqui, quando a gente faz o relatório, é para trazer para o conselho, o conselho delibera, certo? É só para ficar claro.

**02:01:57 Eduardo Leduc:** Mas o que nós discutimos não foi o fato de que essa discussão do conselho faria parte dessa discussão que nós vamos fazer interna melhor dentro da secretaria, porque isso poderia fazer parte de outras coisas aqui, e não uma coisa separada totalmente que perde apoio, dá conflito e acaba ninguém conseguindo fazer nada, e o risco de não se conversar. Então, eu não entendi que a gente ia discutir se ativa ou não ativa, sim, de incluir essa discussão nessa outra para daqui, talvez dois, três meses, reativar possivelmente, mas talvez com uma linha mais clara dentro do contexto maior e não só uma coisa isolada, eu entendi que a gente ia discutir a inclusão dessa reativação nesse estudo também, foi esse meu entendimento, e a votação seria para que a gente discuta isso também junto do processo como um todo. Eu entendi que a gente ia votar isso, porque ninguém pode aqui votar contra até, né? E acho que tem que ter a forma que a gente quer operar com sinergias e não isolados.

**02:03:07 Natália Resende:** Sim. Então aí, só para ficar claro, eu estou entendendo aqui que todo mundo concorda com reativar o conselho que está no relatório, todo mundo aprovou o relatório, unanimidade, certo? E aí, dentro do conselho, a gente faz esse diálogo mais articulado com as demais políticas públicas. E aí depois traz aqui para o CONSEMA, certo? Tá bom, pode ser? Desculpa, foi falha minha, tá? Então, está aprovado por unanimidade o relatório, que inclui os quatro pontos, inclusive a reativação do conselho. Vamos passar para o próximo, certo?

**02:03:56 Naiana Lanza:** Seguimos, então, agora para o próximo ponto de pauta, a apresentação pela senhora Neide Araújo, do Kit Elaborador de Sistemas Agroflorestais, o KESAF, que foi elaborado pela Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia. Essa pauta estava na nossa última reunião do CONSEMA e a gente não conseguiu cumprir, por isso que ela está sendo apresentada aqui novamente. Neide, seja bem-vinda ao plenário do CONSEMA.

**02:04:25 Neide Araújo:** Obrigada. Bom dia a todos e todas. Agradeço a oportunidade de estar compartilhando com vocês um pouco sobre esse trabalho que nós desenvolvemos na Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia. Então vou contar um pouquinho de como é que a gente chegou na produção desse kit que está colocado aqui, depois eu vou comentar um pouquinho, abrir a caixa e comentar um pouquinho. Então, na nossa Secretaria a gente entende a importância dos sistemas agroflorestais como algo estratégico, tendo em vista que ele é uma forma de produzir, uma forma de uso do solo, de manejar, de trabalhar esse solo no qual há um uso tanto de árvores, arbustos, como também culturas agrícolas, forragens, por vezes até a produção animal. Essa forma de produzir diferenciada, traz diversos benefícios, tanto ecológicos, pela existência de todos esses elementos distintos, também benefícios sociais, culturais e econômicos. Então a gente está falando de uma forma de produzir

que congrega tanto árvores quanto espécies de produção, por vezes árvores nativas. Há geração de alimentos, há geração de renda e essa forma, ela traz uma maior resiliência climática. Ela atua tanto na mitigação com essas árvores quanto na adaptação dessa forma de produção. E aqui na nossa Secretaria a gente tem atuado com sistemas agroflorestais há algum tempo. Então uma das primeiras iniciativas foi em 2005 a 2011, com o nosso projeto Mata Ciliar, onde os sistemas agroflorestais estavam sendo entendidos como uma das possibilidades de realizar a restauração de áreas. Depois, num outro projeto desenvolvido aqui, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, é o PDRS, Microbacias II, que trabalhamos entre 2010 e 2018, a gente começou a entender que esses sistemas agroflorestais são uma forma de restauração, mas são uma forma de restauração produtiva, são uma forma de produção muito mais sustentável e que é essencial, que pela legislação, ela é bastante importante, inclusive para a agricultura familiar, que pode trabalhar com ela, inclusive em áreas protegidas, áreas de preservação permanente, por exemplo. Depois desse projeto, dando continuidade, a gente fez um projeto FeHidro para monitorar os resultados dos sistemas agroflorestais implantados no PDRS. A gente implantou sistemas agroflorestais em parceria com instituições de agricultores familiares em diversas regiões do Estado, mais de 600 hectares, 600 agricultores envolvidos. Então, um projeto que deu para a gente conhecer essa situação em diversas regiões do estado. No projeto Conexão Mata Atlântica, de 2015 a 2024, os sistemas agroflorestais também tiveram uma expansão, uma possibilidade de implantação, de apoio. No próprio Plano de Ação Climática, os sistemas agroflorestais constam como uma das metas, tem um volume, e no nosso programa Refloresta, uma das alternativas para expansão, para ter paisagens mais diversas para nossa meta de mudança da paisagem e com introdução de árvores, 1,5 milhão de hectares, os sistemas agroflorestais são uma das alternativas. Então, tentei justificar um pouco a nossa história de trabalho com sistemas agroflorestais. E como é que a gente chegou nesse kit que eu vou comentar aqui com vocês? Nós somos, também, num trabalho de parceria. Assim, hoje foi falado diversas vezes sobre parcerias da Secretaria com a USP. Nós fomos procurados pela FAU-USP, por um aluno que queria fazer um TCC que tivesse impacto social, que trabalhasse com a área rural. E aí a gente apresentou para ele. Nós, à época, estávamos trabalhando com o PDRS, estávamos trabalhando com sistemas agroflorestais, e a gente apresentou para ele como era difícil fazer, documentar os projetos de sistemas agroflorestais. Então, isso que vocês estão vendo aqui, então, é a documentação de um dos projetos com os quais a gente estava trabalhando, uma série de bolinhas, com legendas difíceis. Aí, aqui, um outro exemplo, em que tinha aqui um registro na linha de nativas e de espécies de produção, e aí aqui, colocando culturas anuais no meio. Então é super difícil fazer o registro e o planejamento disso, porque os sistemas agroflorestais, então, tem essa diversidade de espécies e usa de linhas, entrelinhas, há um dinamismo de crescimento dessas espécies. Então é algo bastante difícil que os agricultores, especialmente agricultores familiares, tinham dificuldade de entender e de escolher o que eles queriam. Então, à luz desse problema de trabalhar com a tridimensionalidade, trabalhar com o registro, esse aluno, com o seu orientador lá da FAU-USP, da área de design, começou a trabalhar conosco e fizeram o

desenvolvimento. Então, o desenvolvimento é do Lab Design, da FAU USP, trabalhou conosco, com parceiros que nós tínhamos, parceiros técnicos, a Embrapa, uma empresa sucessional, uma ONG, Mutirão Agroflorestal e o Instituto Ipê, que conhecedores e já trabalhando com sistemas agroflorestais há bastante tempo. E em função dessas parcerias, dando o suporte técnico, a área de design da FAU fez, levantou dados, fez visita a campo para entender e ver o que eram esses sistemas agroflorestais em campo. Fizemos uma série de reuniões deles conosco e os parceiros, definindo quais espécies iriam ser utilizadas, representando grupos de espécies diferentes, definimos o material, a intenção era que esse kit fosse voltado para agricultores familiares, então tinha que ser um material com alguma durabilidade, mas um material fácil, um material de baixo custo. Então foi produzido um primeiro protótipo. Foram feitos testes, aqui é uma foto dos testes realizados com os técnicos lá na Embrapa. Então a gente montou e tudo mais. Verificamos alguns problemas, foi feito uma produção do segundo protótipo, e esse segundo protótipo já estava melhor. Então aí foram feitos técnicos com grupos de agricultores, foram feitos novos ajustes e finalizado o projeto. Então aqui já é o projeto final, um kit do projeto final. Foi feito um manual de uso escrito, que eu vou mostrar para vocês, e também um vídeo, tendo em vista que uma parte desses agricultores têm dificuldade de leitura. Então foi feito um vídeo manual contando exatamente o mesmo conteúdo, trazendo o mesmo conteúdo do manual escrito. E aí eles estão disponíveis na página da SEMIL, na página da FAU também. O projeto é um projeto aberto, está disponibilizado pela FAU, desde que não seja usado por para uso comercial. Então as instituições, as pessoas podem baixar também. Está disponível no nosso site, no da FAU. E depois disso a gente fez também vídeos falando sobre dois tipos de Saf: o Saf Horta e o Saf Agressivo Pastoril. Eles foram finalizados no dia do Meio Ambiente. Então esse é o material, a gente, dentro do âmbito daquele projeto FeHidro de monitoramento de Saf, a gente tinha recursos e a gente produziu alguns kits, 250 kits. Fizemos um chamamento público que finaliza agora no final de agosto, para que instituições interessadas que trabalham com Saf elas possam se inscrever e receber uma unidade desse kit para trabalhar com agricultores, trabalhar com escolas. E então ainda está em aberto. Aqui tem o acesso ao formulário de inscrição. Então eu vou mostrar um pouquinho para vocês aqui a caixa, então é um estojo, ele é todo em MDF, então ele tem um estojo para ter facilidade de locomoção. Esse é um estojo resistente, você pega pelas abas. Aqui dentro, então, tem as parcerias, o nome do kit. Dentro do kit, além das pecinhas, há o manual que eu havia mencionado, que traz todas as orientações sobre como utilizar o kit, tem toda a legenda, o que representa cada grupo de árvores aqui. Esse kit traz aqui peças pequenas, aqui peças grandes. Então o objetivo do kit é ajudar o agricultor a planejar o sistema agroflorestal. Então, como ele tem essas peças tridimensionais, o agricultor, utilizando o kit, vai compreender como é que se dá a evolução do sistema agroflorestal. Então tem uma legenda aqui, um cartãozinho com o que significa, quais indivíduos, quais exemplares de árvores contidos dentro de cada grupo. Aqui temos mais de 100 espécies no cartão, mas a gente está trabalhando com um número bem menor de árvores aqui, de pecinhas representativas. E aqui também tem uma folha para registro das espécies que ele escolheu, o desenho para representar o desenho exato que ele fez. E tem aqui uma

orientação em relação à área onde ele vai estar implantando o SAF e uma orientação para que ele calcule o número de mudas de cada espécie que ele representou. Então tem aqui essas folhas em tamanho A3. E aí comentando um pouquinho mais sobre o conteúdo. Então dentro do kit são seis, tem essas pranchinhas com furinhos, são seis pranchinhas. E para que ele represente o SAF no início, o SAF jovem, com onde ele vai estar implantando o SAF. Então a gente tem árvores aqui, tem algumas opções de árvores, então há árvores frutíferas de estrato alto, de frutíferas de estrato médio, madeiras. Tem as espécies adubadeiras, então tem vários grupos. E tem também algumas espécies de produção mais comuns aqui no nosso estado: tem café, tem mandioca, tem milho, tem abacaxi. Aí tem uma série de canteiros, na medida em que também, é muito comum no nosso estado, a gente ter vários SAF com horta. Então tem representação de hortaliças, tem representação de leguminosas, de gramíneas, de adubo verde. E aí em tabuleiros, como normalmente no campo, elas acontecem. Então aí o agricultor vai, coloca na linha, primeiro, as árvores. Aí depois ele vai colocar as árvores na outra linha. Tem tudo, a escalinha marcada entre cada furinho estão representados meio metro, e aí ele vai colocar as espécies ali na entrelinha. Depois que ele montou, o SAF jovem, ele vai montar igualzinho o SAF maduro. E aí, o que vai acontecer? Essas espécies, elas estão todas em escala, foram definidas em conjunto com a SEMIL, com a Embrapa, com instituições que têm bastante tradição no trabalho com o SAF. Aí ele vai verificar se naquele espaçamento que ele escolheu, se aquela árvore adulta, com mais de cinco anos, se ele vai precisar fazer algum ajuste no desenho. Então, usando essa estratégia, ele consegue chegar num desenho final, um desenho que vai ser possível quando esse SAF tiver as espécies maduras. E aí ele vai ter noção, inclusive em relação ao sombreamento que vai acontecer entre as linhas de árvores. Aí, muito provavelmente, no SAF maduro, aqui eu fiz até um teste. Então aqui no SAF jovem, não tinha muito sombreamento, as espécies eram menores, então três canteiros entre hortaliças e alguma adubação verde. No SAF mais adulto já tem muito menos, tem muito mais sombra. Então o número de canteiros de hortaliça provavelmente vai ser muito menor. Então ele consegue ir fazendo esses testes e chegando ao registro do SAF, que é mais adequado para aquela família que tem as espécies de produção, as espécies que aquela família gostaria de trabalhar. Então, esse é o trabalho que a gente fez. E como eu disse, a gente ainda está com as inscrições abertas, caso alguma das instituições queira receber um exemplar, ainda é possível fazer a inscrição. Era isso.

**02:20:24 Naiana Lanza:** Obrigada, Neide. Algum conselheiro gostaria de fazer algum comentário? Deixa eu ver se online aqui tem alguém.

**02:20:39 Eduardo Leduc:** Só gostaria de fazer um comentário. Parabéns pela apresentação. Acredito que tudo o que for didático ajuda muito as pessoas a entenderem. A gente observa essas pessoas olhando áreas já consolidadas, preservadas, querendo fazer agrofloresta também, porque acha que é o jeito de plantar naquela área que já está reflorestada, então a lei não permite isso, mas as pessoas não entendem bem que tem que ser feito somente em áreas degradadas, porque senão você não acelera a recuperação de uma área e se pega uma área de

pastagem degradada e faz isso é espetacular. Todo mundo ganha. Eu sou fã desse projeto nessa escala, mas tem uma preocupação quando o projeto, e eu não sei se esse manual de vocês está novamente permitindo integração, esse tipo de sistema agroflorestal em áreas de mata ciliar, porque a primeira lei permitia, permitiu-se, e, para mim, a mata ciliar tem que ser recuperada o mais urgente possível. Nenhum sistema que atrase a sua recuperação, o fechamento total da cobertura vegetal, porque aquele risco ambiental, inundações, toda a flora, fauna que se estabelece ali, é prioridade número um em qualquer sistema de plantio, seja as maiores no Brasil, de agroflorestas, soja, milho, mandioca, hortaliças, melão, melancia, tudo isso é muito difícil você conseguir realmente que a mata ciliar cumpra sua função ambiental se tiver qualquer interferência. Então eu sou bastante cético com relação à agrofloresta em mata ciliar, mas é uma área que as pessoas tentam fazer porque falam: “eu não posso fazer nada, então vou fazer isso”. Na minha visão, teríamos que recuperar o mais rápido. Mas parabênizo porque as pessoas têm muita dificuldade de entender como fazer e eu acredito que esse material vai ajudar bastante.

**02:22:45 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Próximo, Manara, por favor.

**02:22:52 Marcelo Manara:** Parabéns, Neide. Primeiro, é um prazer reencontrá-la. Parabéns pela ideia da equipe, porque é uma ferramenta de educação muito interessante e eu já estou divulgando aqui nas redes da ANAMMA para que possa, esse projeto e esse equipamento de educação, ser distribuído de forma mais capilar possível no estado de São Paulo. Eu gostaria de fazer uma solicitação, porque eu vi que os esforços de SAF eles já são acolhidos, eles são elegíveis no âmbito da aplicação dos recursos do FeHidro. Nós tivemos agora, recentemente, o segundo edital do ano no PS, na Paraíba do Sul, com um recorde absoluto de recursos de 30 milhões, então bastante significativo, e que eu conversei agora a pouco com o presidente Renato Veneziano, do Comitê de Bacia do Paraíba do Sul, e vai sobrar muito recurso. Então eu quero aproveitar essa provocação trazida por esse excelente projeto, a iniciativa de SAF é uma iniciativa extremamente oportuna e necessária dentro de uma metodologia que é mais elegível e mais interessante para o produtor rural, para o proprietário rural. Então, que nós possamos ter com esse resíduo de recursos o terceiro edital, ainda dentro de 2025, para que a gente possa otimizar para a restauração florestal, utilizando o SAF, dentro dessa linha da restauração florestal, o lançamento da terceira edição do terceiro edital do FeHidro para este ano ainda, com esse resíduo de recurso. Obrigado.

**02:24:52 Naiana Lanza:** Obrigada, Manara. Online, por favor, a Cris Murgel.

**02:24:58 Cristina Murgel:** Bom dia a todos. Bom, primeiramente cumprimentar a Neide e a equipe da SEMIL pelo projeto. Já tinha ouvido falar do projeto, nunca tinha visto uma apresentação formal sobre ele. Eu queria, Neide aqui, primeiro, uma pergunta: se vocês já fizeram alguma aproximação com o Senar São Paulo? O Senar é uma instituição que trabalha a capacitação do trabalhador, ligado ao agro, aos agricultores, produtores, e tem uma capilaridade muito grande, e também a gente tem

alguns projetos voltados a jovens, aos jovens agricultores, e eu acho que seria bastante interessante, a partir desse embrião, até o desenvolvimento de outros materiais. A gente tem trabalhado aqui na Faesp, junto aos sindicatos rurais, com o processo de regularização ambiental. Rodamos, eu pessoalmente rodei, nesses últimos seis meses, quase que o estado inteiro, e percebo ainda que esse processo está muito longe, não só o processo da implementação do Código Florestal, mas a etapa que a gente adentra agora, que é a recuperação dos passivos e as possibilidades. Quais são essas possibilidades? Como fazer? Há uma carência, A gente percebe uma carência de técnicos preparados nas regiões. Às vezes, em alguns municípios, não há quem preste serviço, não há quem oriente de uma forma mais acessível, isso dificulta bastante. Embora você tenha os sindicatos, você tem a própria CAT fazendo, mas há carência sim. Então, eu pergunto a vocês se vocês já tentaram uma aproximação com Senar, e se não tentaram, eu vou aqui me incumbir de divulgar e talvez fazer essa ponte para que a gente possa, a partir desse embrião, talvez trabalhar outras ideias e uma forma de replicar esses materiais com uma capilaridade maior.

**02:27:31 Jonatas Trindade:** Dois pontos: Primeiro, elogiar o trabalho técnico feito, que é realmente espetacular, o resultado e o quanto que a gente pode induzir um processo que se faz necessário, como esse kit, do KESAF, que realmente é diferenciado. Se você tem dificuldade de entender a lógica de um SAF, o kit resolve esse problema claramente, seja pela objetividade, pela clareza que traz manualizado, essa possibilidade também de ter esse arranjo, como a Cris colocou, esse arranjo de trazer o conhecimento para a população de uma forma geral. Isso eu acho que é o objetivo principal, é conciliar a melhoria que a gente espera no desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis, e dentro de uma perspectiva de preparar as pessoas para que possam desenvolver seus projetos. Então, Neide, equipe, todos os envolvidos, parabéns aí pelo KESAF, e esperamos que seja muito bem recebido por aqueles que se candidataram a receber o kit. E aí eu gostaria de aproveitar, antes da fala da Neide, de falar que fui alertado pela Karina, que foi publicado o edital prorrogando o Prêmio São Paulo Carbono Zero. Então, o prazo para que as empresas possam aderir a esse chamamento do prêmio vai até o dia 17 de agosto. Então, e aí reforçando que são quatro categorias: restauração ecológica, transição energética, mobilidade sustentável e circularidade. Só para reforçar o convite em relação à participação no Prêmio São Paulo Carbono Zero. Por favor, Neide.

**02:29:28 Neide Araújo:** Então, a primeira questão em relação ao uso do SAF em Apps. Na verdade, o manual não traz orientação legal. Ele foca exclusivamente em como utilizar o kit. Como a Secretaria tem trabalhado com sistemas agroflorestais há algum tempo, a gente tem uma outra publicação, que é uma cartilha, não trouxe ela aqui, mas a gente pode trazer alguns exemplares numa próxima reunião, que traz exatamente uma orientação sobre os aspectos legais da implantação e manejo do SAF. Então, a gente tem esse material. Pela legislação vigente, pelo Código Florestal, no caso de agricultura familiar, até pequenas propriedades, até quatro módulos, é possível fazer o SAF na App e também é possível realizar o manejo continuamente

com produção, obedecidas as regras?.Essa atividade é viável pela legislação para esse tipo de imóvel, até quatro módulos, então é possível continuar com sistemas agroflorestais. Nos demais casos, é possível fazer a restauração das Apps, ter alguma geração de renda, mas os indicadores que têm que ser obtidos são os mesmos de outras áreas, eles são os indicadores da resolução SMA 32. Então, só tem alguma flexibilidade para a agricultura familiar. Tem os indicadores, mas eles são um pouco mais flexíveis, eles orientam, por exemplo, a que você mantenha o solo sempre coberto, então, olha um tanto para cobertura de copa, como olham também para a cobertura de solo. Olham pra cima e olhem para baixo, por exemplo. E o SAF também é uma ótima opção para as reservas legais. Aí já fazendo o link com a questão trazida pela Cristina, a gente ainda não fez a ponte com o Senar, aí se você puder nos ajudar com isso, acho que temos total interesse em fazer essa parceria. Acho que alguns exemplares, talvez eles possam já se interessar. A gente pode ajudar a pensar na estratégia. Para nós, quanto mais instituições estejam utilizando esse material e outros que facilitem o entendimento e a implantação do SAF no estado, é do nosso total interesse. Então agradeço e sim, se a gente puder fazer, se você puder ser a ponte para essa aproximação, tanto no futuro, pensar em outros materiais, estratégias de fazer a comunicação sobre sistemas agroflorestais, os entendimentos legais relacionados a manejo também nos interessa bastante. Em relação, só um pequeno comentário ao apontamento do Manara, então pelo FeHidro, no atual manual vigente lá no MPO do FeHidro, já é possível ter financiamento para que sejam definidos os projetos executivos de sistemas agroflorestais, que é um passo que tem que ser conversado com os agricultores interessados, para que depois ele tenha interesse em manter esse SAF, adotar as práticas adequadas, como também é possível, no MPO atual do FeHidro fazer a implantação em campo. Então, isso já é possível e se no Paraíba forem aprovados alguns projetos , maravilhoso. O que queremos é divulgar e expandir essa modalidade de uso do solo.

**02:33:41 Naiana Lanza:** Obrigada, Neide. Bom, então passemos agora ao nosso último ponto de pauta, que seria referente à Fiscalização Integrada nas áreas de Manancial no município de Mairiporã. Essa apresentação vai ter três momentos, porque é fiscalização integrada, então a gente vai ter aí primeiramente uma fala, primeiro a fala do Kauê, da DPFA. Na sequência, a fala da polícia e por último a fala do Victorino. Vamos fazer a o vamos fazer nessa sequência. Pode ir primeiro, Victorino. Achei que pela lógica aqui, mas tudo bem, desculpa aqui a confusão. Vamos lá.

**02:34:27 Eduardo Victorino:** Bom, ainda bom dia, né? Está quase no horário do rango. É bem rapidinho, pessoal. Então vamos lá. Sobre o Grupo de Fiscalização Integrada, tem as legislações específicas que fundamentam cada Grupo de Fiscalização Integrada, então temos a Billings, a Lei 13.579/2009. Nós temos o Decreto 55.342/2010, e a resolução SIMA 3021. Do GFI ao Tietê, nós temos então a lei 15.919/2015, o Decreto 62061/2016 e a SIMA 3820/2020. O Guarapiranga Sudoeste, a Lei 12.233/2006, a Lei 16.568/2017 e o Decreto 51.186, 2016/2007, e a Resolução SIMA 3920. Então, aqui são as legislações que regem os nossos GFIs.

Então, o GFI são os grupos operacionais, estratégicos, composto pela cooperação de diferentes órgãos públicos. A proposta de implementação de uma fiscalização integrada surgiu na Lei Estadual 9.866/1997. A formação do GFI está prevista na legislação específica que define cada uma das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, APMs. O objetivo dos grupos é atuar na proteção das áreas de mananciais, na região metropolitana de São Paulo, em decorrência das infrações ambientais. A realização do seu trabalho é construída de forma integrada entre os órgãos estaduais e municipais, em que cada ente atua nos limites de suas respectivas atribuições.

**02:36:17 Jonatas Trindade:** Victorino, só pela pela organização, é porque o que a Naiana está me alertando, é que a apresentação foi montada na sequência, começando pelo Kauê mesmo. Aí a gente segue, na sequência, que a sua apresentação está na sequência, na mesma apresentação.

**02:36:31 Naiana Lanza:** Vocês fazem meio juntos.

**02:36:33 Kauê Grecco:** Rapidinho. Fica aqui junto comigo, Victorino, por favor. A apresentação está junto, é só para continuar. Aqui, a gente só está trazendo uma contextualização institucional do GFI, então Victorino já passou a parte da base legal. Então que isso, as regiões de mananciais começou lá em 76, e aí depois a gente, já em 90 e poucos, tem a primeira legislação que fala de fiscalização integrada, a necessidade de ter a fiscalização integrada, e depois as leis específicas das APRMs, já trazem a necessidade de criação dos GFI e os decretos e as resoluções trazem a composição dos GFI. Aqui a gente traz no mapa os quatro GFIs. A gente vê que as áreas de mananciais são essas hachuradas em azul, elas comportam e englobam os municípios, mas não a totalidade dos municípios. Então, por isso que esse mapa traz todos os municípios que são participantes em cada um dos GFI daqui da região metropolitana. A gente tem, no município de São Paulo, a Operação em Defesa das Águas, que é a OIDA, que aí é especificamente por meio de um convênio com o município de São Paulo. Então, não está representado aqui como um GFI, mas não deixa de ser um GFI também. Aqui a gente traz quais são os órgãos participantes. A gente tem previsto na resolução os órgãos do estado da SEMIL, a Cetesb, a Sabesp, a Polícia Militar Ambiental e as prefeituras. A gente tem também os órgãos convidados que exercem um papel fundamental nas operações de fiscalização, as operações de desfazimento de obras, que são as concessionárias de energia e de água, Enel e Sabesp, porque a gente precisa que esse abastecimento seja cortado durante as operações. O CREA e o CRESCI também fazem um papel muito importante do ponto de vista de atuação, de investigação, no caso do CRESCI por conta da venda irregular de diárias da estruturação de condomínios clandestinos, e o CREA ajuda bastante na questão das obras irregulares e das orientações ali para as demolições. A gente tem também a Polícia Civil, a Fundação Florestal tem uma atuação importante quando os GFI tem esse contato com as Unidades de Conservação, e os consórcios intermunicipais também. Essas são todas imagens que a gente construiu ao longo desses anos, por meio de projetos FeHidro, a gente trouxe equipamentos que foram

cedidos para os municípios, com base em assinatura de convênios. Então, os convênios, eles são importantes no âmbito do FeHidro para fazer esse vínculo com as ações de proteção das áreas. Então, os municípios, eles receberam os municípios, a polícia, a CETESB, receberam esses anos 50 computadores, 70 tabletes, 35 drones, 45 veículos, 15 celulares. E a gente tem também algumas entregas que foram realizadas, que achei importante mencionar, que são o Plano de Monitoramento de Fiscalização Integrada. Isso é algo inovador, que a gente não tem outras políticas de fiscalização que a gente tenha conhecimento no Brasil, ter esse planejamento das estruturas, das responsabilidades de cada um dos órgãos e trazendo os objetivos e metas a serem atingidos por cada um dos órgãos. Foram feitos diversos treinamentos e capacitações em relação a operação de drones e também do Sistema Integrado de Formação Geoespecializada, do SIPAio, que é onde a gente agrega as informações relativas às fiscalizações. Importante falar também que a gente tem, por meio desses recursos FeHidro, contrato de sobrevoo, que são aplicados conforme a demanda dos municípios. Então a gente sobrevooou as áreas para identificação em localidades mais remotas, para depois ir a campo. A gente fez aquisição de imagem de satélite também para facilitar esse monitoramento por imagens. Aqui a gente traz alguns números, das cinco GFIs aqui da região metropolitana, a gente trabalha com o número de desfazimentos, número de ações e números de vistorias. Então, esses são os números de 2025 até agora, aqui, separado por cada uma das áreas de mananciais, cada uma das APRMs, e aqui a gente traz um pouco de informação sobre o GFI Tietê, que ele é diferente. Ele não tem essa base legal toda constituída, mas a gente trouxe aqui para agregar, que ele é um GFI novo, foi constituído com base na resolução conjunta SEMIL SAA agora, em 2025, a primeira resolução conjunta desse ano, e ela ainda está em processo de estruturação, o GFI em si, mas as atividades de campo já estão muito fortalecidas. Então a gente fez esse ano 671 fiscalizações para cumprimento de TCRA com conclusão, ou seja, esses TCRA, ou foram encaminhados para PGE por não cumprimento ou eles foram dados como cumpridos. A gente tem 1600 AIAs lavrados de flora, mais de 400 lavrados de pesca. E aí tem os números dos TVAs, da Polícia Militar Ambiental também, e que foram 8 mil, e 276 denúncias do Mais. O Mais é o nosso Programa de Monitoramento Ambiental por Imagem de Satélite aqui da Secretaria. É uma denúncia muito qualificada, com diversas imagens, que constata a supressão irregular. A gente já faz os filtros de tudo o que está autorizado e encaminha para a Polícia Militar Ambiental. E aqui a gente entra em Mairiporã, especificamente, Victorino.

**02:44:22 Eduardo Victorino:** Bom pessoal, vamos lá então, agora é minha vez, né? Então tá. Bom, o que está aqui vermelhinho é Mairiporã. Vejam que a área a hachurada aqui de proteção ambiental é bem grande. 80% do município. E ali, então, a gente está dizendo o seguinte: que a gente tem, dentro do município de Mairiporã, o Parque Estadual da Cantareira, o Itapetinga, o Itaberaba e o sistema APA Cantareira. Esses três parques, quando você olha o Itapetinga e o Itaberaba, nós temos um grande problema, nós temos Decreto, o Plano de Manejo, mas não temos a desapropriação. Então, aqui é uma luta danada para a gente poder manter esses dois parques lá. E aqui eu queria fazer uma... A nossa secretária falou de reflexão, e

eu tenho uma preocupação grande do campo. Mairiporã hoje tem essa situação aqui, Mairiporã tem o meio ambiente que faz as diligências de campo, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Serviço, que está faltando aqui, a GCM Ambiental, a Procuradoria de Mairiporã, toda demolição que nós fazemos passa pela Procuradoria, e temos também o COMDEMA, a gente leva para o COMDEMA todas as ações que nós fazemos, os GFIs, e as ações que nós fazemos também de campo. E aqui eu faço uma reflexão sobre a atividade delegada: a gente, quando o prefeito Aladim assumiu a prefeitura Mairiporã, há quatro anos e meio atrás, quando a gente assumiu o sistema ambiental nós falamos o seguinte: não dá para licenciar e fiscalizar. E nós então tivemos um convênio com o pessoal da Polícia Militar Ambiental do Estado, chamado de atividade delegada. E aqui nós temos um problema sério, que é o seguinte: hoje não dá mais para fazer diligência de campo se a gente não tiver a polícia ambiental junto ou com a força policial junto. Não existe mais a fiscalização de campo. Victorino vai lá fazer fiscalização, não dá mais para a gente fazer dessa forma, e nem os fiscais. E as prefeituras, eu digo para vocês porque eu sou do campo, a maioria não tem fiscais de campo. Então a gente tem aqui um GFI extremamente eficaz, que vai para o campo, que faz. E quando você vai para o monitoramento, você tem o problema, porque o monitoramento você tem que fazê-lo e você não tem todo o aparato que você tem no dia que você faz o GFI. Você tem que fazer demolições, onde você faz o corte de energia, onde você briga, onde você luta, onde você é ameaçado, aquela coisa toda que acontece no campo. E nós temos, então, como o território é nosso, nós temos que fazer o que? O monitoramento. Fazemos com drone, fazemos com o pessoal do nosso GCM e fazemos com o delegado. E aqui precisamos pensar um pouquinho... Tem município pedindo socorro, que não consegue fiscalizar. Você faz uma demolição, e aí a doutora Joana Franklin, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que tem ido para nós, no campo, e foi uma reivindicação que eu fiz para ela. A senhora tem que ir lá, doutora, para a senhora entender como é que funciona o campo. O campo é bem diferente. E aí nós começamos a observar o seguinte: você faz o GFI, faz a demolição, derruba poste, tira energia, passa dois meses, está como? Exatamente igual como estava anteriormente. Então a fiscalização municipal é fundamental e os municípios não estão tendo condições de fiscalizar. E aí fica uma reflexão: a gente tem o recurso FeHidro, porque para mim, gente, pode falar o que vocês acharem, a fiscalização é um gargalo, é lá que tudo acontece. Mairiporã tem 206 loteamentos irregulares, 206, desde quando o prefeito assumiu que nós começamos com a atividade delegada, não tem nenhum. Vários tentaram fazer e não conseguiram fazer nenhum deles. Foram feitas a demolição de portarias, retirada de guias, demolições de construções que estão começando. Então nós conseguimos cometer os mesmos erros em loteamentos que nós temos hoje lá, irregulares. Mesmo com todo esse aparato que nós temos aqui, que vários municípios não tem isso, a gente tem denúncia todos os dias. O desmatamento hoje não é tão agressivo em Mairiporã, até porque a gente tem essa demanda. Então, para finalizar a minha fala e eu queria agradecer por a gente poder estar falando sobre isso, porque se nós não trabalharmos lá no campo, na base, todo esse trabalho que nós fazemos aqui, ele pode ir em vão. Nós precisamos fazer a base. E quando você sai do GFI, você tem que voltar lá depois de 15 dias, e tem que ser com força policial, não dá

para você ir sozinho, você tem que levantar o drone, fazer o levantamento e fazer toda aquela demanda. E finalizando, eu queria só agradecer a todos os GFI porque não sei a experiência que vocês têm de campo, mas quando o GFI sai para o campo, ele sai com mais de dez, 12 viaturas para o campo. O CREA São Paulo vai junto, o CRECI vai junto, o Ministério Público está indo junto agora. Então a gente tem percebido que cada vez mais a gente está tendo mais força. Queria agradecer o Ministério Público que hoje faz parte também do nosso dia a dia. A Procuradoria Geral do Estado recentemente fez uma reunião, acho que a doutora Amanda estava nessa reunião, onde nós tínhamos uma preocupação com a legalidade que nós fazemos no campo. Derruba o portão ou não derruba o portão? O que eu faço? E aí nós fizemos uma reunião com o pessoal do GFI aqui, a Carol, que chamou a reunião, junto com a PGE, que gerou um documento muito bom para nós, importantíssimo, porque quando esse documento nos dá a segurança jurídica também no campo. Então a gente, hoje, precisa ter esse olhar, Secretária Natália Resende, precisamos ter esse olhar para os municípios. E quando eu falo em município, falo dos municípios produtores de água que tem que manter as florestas, esse é o nosso grande desafio. Não adianta falar que para o prefeito do município é problema dele, também o é, mas é problema nosso e nós precisamos ter essa fiscalização lá no campo, não só no nosso dia a dia. Só assim que a gente vai conseguir conter isso tudo. Mairiporã tem dois parques estaduais que não foram desapropriados, com loteamentos regulares dentro do largo do parque. Então esse é um grande desafio. Então, mais uma vez, obrigado, agradecer o GFI, agradecer o Coronel Navarro, que a sua equipe, a seu comando, é fundamental. Hoje, quem comanda o campo é a Polícia Ambiental do Estado. Quem comandava o campo há dois anos atrás? Era o Victorino e a Lígia, tadinha. A Lígia, da CFB, que hoje é DPF, mudou a Diretoria de Proteção de Fiscalização Ambiental, era eu e a Lígia, imagina dois baixinhos lá fazendo demolição, brigando e lutando. E hoje nós temos o comando da polícia que está do nosso lado, que faz, que nos ajuda e que nos dá esse apoio todo lá. E gente, não é fácil, é uma luta diária e é um desafio muito grande para proteger todas essas áreas que o nosso amigo projetou aqui, aquelas áreas hachuradas que a gente colocou. Então é isso, muito obrigado, e ajuda nós para que a gente possa ter uma fiscalização municipal, e eu digo, viu, Natália, que tem secretário do Meio Ambiente, nem todos prefeito, mais secretário, como eu sou, sofrendo muito no dia a dia nosso lá, pedindo socorro para fiscalização que possa ajudá-lo a não destruir o município que hoje ele está com o secretário. Obrigado, viu?

**02:52:42 Naiana Lanza:** Obrigada, Victorino. Para a gente finalizar esse pacote de fiscalização integrada, convido o Comando de Policiamento Ambiental para fazer uso da palavra. Seja bem-vinda, Paola, ao plenário do CONSEMA.

**02:53:02 Paola Wohnrath Mele Somense:** Obrigada, Naiana. Bom, boa tarde a todos. Eu vou complementar as falas do Kauê e do Vitorino em relação ao GFI e também a OIDA, a Operação Integrada a Defesa das Águas. O GFI ele foi instituído, já estava previsto em lei desde 1997, mas ele se efetivou na prática no ano de 2020 e depois no ano de 2021, com a criação do GFI Guarapiranga Sudoeste. E agora, em abril de 2025, a gente teve a criação do GFI Tietê, que tem um outro perfil em relação

ao GFI e a OIDA aqui na região metropolitana de São Paulo. Essas operações integradas são muito importantes porque o grupo multidisciplinar ele dá mais legitimidade, ele efetiva, potencializa as ações que são executadas em campos. O resultado da ação, ele é muito mais efetivo, a repercussão é diferente. Todos os órgãos que têm alguma atribuição adotam essa atribuição, essa responsabilidade em conjunto nessa ação de campo. E quando vai haver uma ação do GFI? Sempre que tem uma quebra da ordem pública e ambiental, principalmente nos aspectos da segurança, tranquilidade e salubridade pública. O foco principal é a proteção dos mananciais que abastecem toda a população metropolitana de água. No caso do GFI Tietê, tem outro foco principal da recuperação, enfim, de todo problema do Alto, Médio e Baixo Tietê. Mas a OIDA na capital, GFI Billings, Guarapiranga, o Alto Tietê, Cabeceiras e o Juqueri, eles têm esse foco na proteção dos mananciais. E as atuações principais são nas construções irregulares, fazendo as suas demolições e também no despejo irregular de entulho, Bota Fora e também nas supressões de vegetação, sempre priorizando as APPs, até porque é voltado para a proteção dos mananciais, as Unidades de Conservação e também a vegetação nativa. A OIDA, como o Kauê já tinha mencionado, é um convênio entre o Governo do Estado de São Paulo com a prefeitura do município. Ela nasceu lá em 2005, então ela é a primeira, ela serve de base para atuação dos outros GFIs, os procedimentos na OIDA acabam estando mais consolidados, porque ela tem mais tempo de atuação, e então, os GFIs acabam copiando procedimentos que foram instituídos na OIDA. E como funciona? A polícia ambiental lavra um auto de infração ambiental e impõem, dentre outras penalidades, a penalidade de demolição de uma construção, e a prefeitura e os outros órgãos envolvidos, junto, no Grupo de Fiscalização Integrada, na OIDA, executam essas medidas que foram impostas, entre elas a penalidade de demolição, que acaba sendo a que tem mais repercussão. Então uma pessoa compra um lote clandestino, vende em troca de moto, carro, o que ela tiver de bens, parcela em vários anos o pagamento desse lote e inicia uma construção clandestina ali dentro da área de mananciais, mais próxima ou mais distante da represa. Esses lotes começam com um valor de 15 mil reais, na capital, e podem chegar ao valor de 200 mil reais um lote e todo mundo tem o sonho de construir a sua moradia. Esses lotes, com as construções irregulares, ninguém quer ter que chegar lá e vir o Grupo de Fiscalização Integrada, vem a prefeitura ou a Polícia Ambiental, tudo em conjunto e fazer a demolição. O ideal é que essas construções não ocorram porque depois que o loteamento clandestino, que as invasões elas estão instaladas, o nosso poder de atuação praticamente acabou, ali é derrota, o poder público fica de mãos atadas e a dificuldade burocrática para você conseguir tirar aquele loteamento clandestino dali é imensa. Então a nossa ação, ela tem que ser focada preventivamente e também quando inicia-se essas construções irregulares, ou o descarte irregular de entulho, supressão de vegetação, para que não chegue no ponto da instalação de um loteamento clandestino ou de uma invasão. Na OIDA, nesse ano, a Polícia Ambiental realizou 23 operações com 48 autos de infração. Foi imposta 2,8 milhões de reais em multas e 134 construções foram demolidas. Esse número é um número alto. No caso específico do município de São Paulo, já pegando o gancho do Victorino, a partir desse ano de 2025, a gente teve também o convênio com a atividade delegada, isso

significa que é feito um convênio entre a Polícia Militar e o poder municipal, onde o município delega atribuições que são dele de fiscalização devido a falta de fiscais, “N” outras possibilidades, esse convênio realizado, o município de São Paulo, nesse caso da OIDA, o município de São Paulo paga para que os policiais venham trabalhar na folga em delegação as atribuições do município. Mairiporã tem uma peculiaridade a mais, que poucos municípios que têm atividade delegada própria da ambiental tem que, no caso de Mairiporã, a Polícia Ambiental lavra os autos de infração do município. Em São Paulo não, em São Paulo ela age na parte de fiscalização, indica onde tem uma infração municipal e os fiscais da prefeitura que lavram o auto de infração do município. Mairiporã, a própria Polícia Militar faz a lavratura desse auto. Então a gente acompanhou, desde o começo da implantação da atividade delegada, que ela começou com uma tratativa com a Secretaria de Segurança Pública do município de Mairiporã, para atuar em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente. E essa fala do Victorino foi muito importante, porque a gente viu efetivamente o resultado da ampliação dessa fiscalização. No começo, a atividade delegada era todo dia, todo dia a gente tinha a viatura da Polícia Ambiental trabalhando nessa atividade delegada em Mairiporã, mas hoje, por uma dificuldade financeira do município, a gente só tem dois dias na semana. De todo jeito, essa consideração que o Victorino fez de que não foram instalados loteamentos irregulares no município de Mairiporã, ela é muito importante, e boa parte disso é pela atuação da atividade delegada, que funciona muito bem em conjunto com o município, porque o município está mais perto da população e consegue indicar para a polícia as áreas prioritárias que precisam de intervenção da fiscalização. O GFI do Tietê, que o Kauê mostrou um pouquinho, ele pega o Alto, Médio e Baixo Tietê, ele tem ações de curto, médio e longo prazo. Todas elas envolvem fiscalização em determinado momento, e o foco principal é sempre a APP do Rio Tietê e a fiscalização dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental. Então, quem cometeu alguma infração ambiental ao longo do Rio Tietê e firmou o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental vai ser fiscalizado para que essa recuperação ambiental realmente se efetive. Todo mundo sabe da importância da mata ciliar, que tem a mesma função dos cílios nos nossos olhos, de proteção, e essa mata ciliar é protegida com intuito de proteger a água, então ela não tem essa vegetação, ela tem a função específica de proteger a água daquele curso d'água, por isso ela é tão importante. Ela tem os mesmos atributos da vegetação de Mata Atlântica, por exemplo, ou Cerrado, fora da Área de Preservação Permanente, mas nessa faixa específica que foi indicada, ela tem o intuito de proteger a água. Na Operação ALGAE Tietê, no GFI do Tietê, principalmente nos municípios do interior do Estado, foram lavrados já 6,6 milhões de reais em multas desde a instituição do GFI, no dia 1 de abril de 2025. Então, num período relativamente curto. A situação deve se agravar um pouco no começo do ano que vem, em fevereiro, março, acaba sendo o período de maior disseminação das algas do processo de eutrofização, e aí acaba sendo, chama muita atenção as imagens que são veiculadas na mídia no rio Tietê, principalmente no interior do estado, no Médio e Baixo Tietê. Mas as ações, essa poluição, esses problemas no Médio e Baixo Tietê, têm origem no Alto Tietê. Então é muito importante a fiscalização e todo o empenho na região metropolitana de São Paulo. O GFI Guarapiranga Sudoeste, que pega a parte dos municípios de Cotia,

que também teve bastante repercussão na mídia nesse ano, pelas construções irregulares, realizou nove operações, aplicou 222 mil reais em multas e demoliu 27 construções. E aqui a gente chama a atenção pela disponibilidade dos municípios. Quando o município tem disponibilidade, tem vontade de participar do grupo de fiscalização, ele tem um impacto muito maior. E esse é um GFI, o Guarapiranga Sudoeste, que ele está engatinhando um pouco mais. Ele foi um GFI que depende de mais participação dos municípios para essas fiscalizações integradas realmente funcionarem. O GFI Alto Tietê Cabeceiras, que pega a região de Mogi das Cruzes, também está com bastante atividade. Teve sete construções demolidas em nove operações realizadas, e 222 mil reais em multas aplicadas. O GFI Billings, que pega a região do ABC principalmente, também teve seis operações realizadas, 5 mil reais em multas aplicadas e 11 autos de infrações elaborados. Aqui nós não tivemos demolições impostas no ano de 2025. Esses dados são somente para o ano de 2025. E por último, o GFI do Alto Juquery, que teve uma atuação bem intensa há dois anos e hoje ele não é tão problemático, mas no início das ações ele também teve uma dificuldade de implantação, e sempre com a presença de todos os órgãos, cada órgão com a sua atribuição, fazendo o corte de luz, de energia elétrica, o CRECI indicando locais que a gente pode fazer a demolição sem comprometer uma demolição parcial de residência, ou de construção, por exemplo. E ele teve a imposição de 21 autos de infração ambiental elaborados e seis operações realizadas, 246 mil reais em multas impostas. E então a gente chama a atenção para esses grupos de fiscalização, porque realmente eu cheguei a participar muito lá atrás sobre a tentativa de implantação, que acabou não dando certo. Em 2020, por força de resoluções da Secretaria do Meio Ambiente, os grupos foram criados. Em 2021 foi criado o grupo da Billings e agora, em 2025, do Tietê. E essas ações realmente são efetivas no combate a essas construções irregulares, despejo de entulho e supressão de vegetação nativa. Obrigada a todos.

**03:06:32 Naiana Lanza:** Obrigada, Paola, pela apresentação. Agora eu abro a palavra para os conselheiros, os que quiserem se manifestar. Lembrando que a gente tem ainda a moção para passar aqui para vocês. Então eu peço que todo mundo seja rapidinho nas falas. Temos Rodrigo, Manara, doutora Tatiana, Leduc. E eu já checo aqui online.

**03:06:55 Rodrigo Levkovicz:** Vou ser bem rápido, então. Três coisas: A primeira é ressaltar a atuação da doutora Joana, junto com a PGE nessas áreas, acho que é bem importante. E a segunda, algo que a gente precisa avançar, que é a questão da apreensão do maquinário, acho que vale a pena a gente fazer algum tipo de dispositivo legal para equiparar o que acontece no Detran para o que acontece nessas áreas, porque a gente sabe que é assim que o negócio vai dar maior escala. E a terceira coisa é que a gente está nos planos de fiscalização, já pontuando alguns pontos para a gente colocar câmeras para também já antecipar a atuação da Polícia Militar Ambiental na apreensão de caminhão, de retroescavadeira, porque é isso. E o outro ponto, que eu acho que é importante, que talvez a gente precise está mais claro que construções em curso, elas podem ser demolidas imediatamente, então acho que

em alguns municípios isso é muito claro, em outros municípios, talvez não, tem parecer da PGE referencial disso, que se está impedindo a consumação de uma infração ambiental e de um crime ambiental. Então, talvez esse alinhamento geral, que às vezes, em algum município, não tão presente, ou em outros são, isso vale a pena. Então seriam esses três pontos para a gente avançar, só resumindo: a instalação de detecção automática, a gente já está promovendo e já está estruturando o termo de referência para isso; o segundo ponto é como que a gente consegue trazer à disposição do Detran para essas áreas de apreensão do maquinário para que a pessoa tem que pagar para retirar, isso já inibe bastante; e o terceiro é ter essa clareza de que é possível demolir independentemente de uma penalidade do processo administrativo concluído, porque você está atuando para evitar a consumação de um crime ambiental nas construções em curso. Obrigado.

**03:08:59 Naiana Lanza:** Manara, por favor.

**03:09:02 Marcelo Manara:** Bom, eu não posso prometer que eu vou ser tão rápido assim. Esse é um assunto que nós temos muita preocupação. Primeiro que eu já alinho com o Victorino, a ANAMMA também traz essa preocupação dos municípios. Essa é uma pauta municipalista muito grave, muito importante, em especial naquelas atribuições lançadas ao município pela lei específica da APRM. Então, a primeira questão, secretária, colegas, conselheiros, eu trago a informação aqui que na Câmara Técnica de Planejamento, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nós conseguimos posicionar, enfim, a busca da regulamentação do artigo 34 da Lei de APRM desde 1997. Esse artigo 34, nunca regulamentado, é exatamente o artigo que fala que ao constituir uma APRM, os municípios devem ser financeiramente compensados. Essa compensação, secretária, nunca aconteceu, e isso debilita, isso enfraquece, isso impossibilita esse esforço. Não digo nem adicional, porque é o principal esforço da medida fiscalizatória, porque é uma atribuição territorial legítima ao município. O município é o único ator desses entes que não pode tirar o time de campo e falar: não quero mais brincar com isso. Só na APRM Jaguari, que vai integrar futuramente, que já está indo para a Alesp, essa lei específica, são 78 ações mandatários que cabe 90% de esforços aos municípios. Lembrando, não quero falar meu mantra aqui, secretária, mas eu quero aproveitar e lembrar que ainda aguardamos a LO do reservatório de Jaguari, que fala essa mesma linguagem. Então, o artigo 34 da Lei de Mananciais, de 1987, é fundamental para que os municípios possam compor esse esforço de fiscalização com força, com vigor, e aí parabenizar o Comando da Polícia Ambiental, parabenizar a Secretaria, a esse esforço do agrupamento, isso é espetacular, mas insuficiente para o nosso cotidiano. O Victorino trouxe aqui isso, o nosso cotidiano, ainda mais se nós entrarmos hoje, o quanto grave está o domínio de forças do crime organizado. Isso daí expõe os poucos fiscais que têm nos municípios, há uma situação de grave ameaça. Não é fácil. Então eu posiciono um primeiro ponto: a regulamentação do artigo 34 para dar força. A ANAMMA está com Mairiporã nesse apelo, e com os 38 municípios que hoje vão compor esse acervo de municípios impactados pela APRM.. Secretária, é necessário esse resgate histórico. Não dá para esperar mais. Um segundo ponto: a fiscalização

territorial, e aqui eu ofereço, se entenderem oportuno, São José dos Campos tem há seis anos um mecanismo de fiscalização territorial por satélite, que é o Programa Observa, que passa um scanner no município a cada 72 horas, e aponta quatro tipologias de desconformidades. Na linha do que Rodrigo falou, nós identificamos a inteligência por trás desse projeto, que 72% das degradações são promovidas por máquinas de terraplanagem. Então, São José já está preparando uma legislação municipal que obriga o controle e que faz a apreensão na linha do que o Rodrigo falou. Então nós já temos uma minuta, podemos compartilhar isso, podemos discutir conjuntamente, mas é necessário que nós tenhamos um mecanismo de fiscalização territorial nas APRMs, disponibilizado ao município. Então, um projeto, um contrato que coloque essa fiscalização por satélite análogo ao que São José dos Campos já faz, porque sem isso o mecanismo de fiscalização tem que ser os olhos do fiscal. Um fiscal em Mairiporã tem que pegar o carrinho para andar na área rural toda, para ver o que está certo, o que está errado. Isso é ineficiente, e lógico, todos os esforços do grupamento, quando eles são feitos, repercutem. Depois que apaga o holofote, o cotidiano é avassalador, e nós não conseguimos cumprir isso. Então a ANAMMA está alinhada nisso, e essas duas sugestões, recomendações: a regulamentação do artigo 34 e a oferta pelo Estado de um contrato de fiscalização territorial por satélite disponibilizado ao município para aumentar a efetividade e eficiência do ato fiscalizatório por nós, municípios. Obrigado.

**03:14:13 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Por favor, doutora Tatiana.

**03:14:24 Tatiana Serra:** Obrigada. Também gostaria de parabenizar o trabalho que vem sendo feito pela SEMIL, pela Polícia Ambiental, na pessoa do Comandante. A doutora Joana está pessoalmente envolvida nisso, como a doutora Amanda também. Então gostaria de parabenizar a doutora Amanda que tem um parecer, disponibilizou esse parecer e vai disponibilizar, inclusive, uma cartilha acerca desse parecer, que deixa muito claro sobre a possibilidade de auto executoriedade, que é a ação de demolição, independentemente de qualquer processo administrativo ou judicial. Então, se deparando com uma construção ilegal e se evidencia que não se constitui uma moradia de longa data, que há possibilidade, sim, da demolição. E complementando, e não é contrário ao que o Victorino falou, nem ao Manara, mas complementando, a cooperação dos municípios nesse trabalho é fundamental, porque o policiamento ambiental sem as máquinas, a gente teve um caso desse sem as máquinas da prefeitura, também tem limitações, da mesma forma que a municipalidade o tem sem o apoio da Polícia Militar Ambiental em muitos casos. E para isso, o município tem que ter uma estrutura mínima, tem que ter previsão orçamentária, de destinação dos valores que ele tem no orçamento para essas atividades, precisa ter uma equipe mínima, técnica, concursada para a realização. Precisa ter a cooperação não só da Secretaria do Meio Ambiente, mas da Secretaria de Obras, que vai entrar justamente com esse maquinário. E portanto, o que eu quero dizer é que muitos municípios, eles não têm essa estrutura mínima e não conseguem fazer frente a essa demanda, e há um viés da adoção de uma medida de prevenção que vai significar um menor investimento, eles vão atuar a posteriori quando o

loteamento já está constituído, e aí há necessidade de investimento em infraestrutura, em trabalho com a poluição, o que vai redundar num gasto muito maior. Então, essa mudança de lógica estrutural no investimento orçamentário do município precisa ser urgentemente pensado. E também, há várias fontes de recursos estaduais, que o que eu verifico, e a secretária pode nos esclarecer melhor, é que os municípios não têm nem capacidade técnica de chegar a solicitação desses recursos, seja pela apresentação do plano de trabalho, depois pela implementação e, ao final e ao cabo, pela prestação de contas dos valores recebidos. E essa impossibilidade técnica e estrutural do município faz com que esses recursos, que estão disponíveis em várias fontes do Estado, não sejam captados. Então, eu trago aqui essa moção do Ministério Público, ou esse alerta do Ministério Público, um pedido de trabalho conjunto para que os municípios também repensem essa lógica e invistam em fiscalização, em alta sectoriedade, que vai trazer um menor custo. O Ministério Público se coloca à disposição de todos, a doutora Joana é uma parceira, temos outros promotores do GAEMA, ou aqui da capital também. Então, o que precisar de mim, estou completamente à disposição. Muito obrigada.

**03:18:16 Naiana Lanza:** Obrigada. Leduc, por favor.

**03:18:23 Eduardo Leduc:** Bom, parabéns. Parabéns, muitas vezes. É um desafio muito grande essa gestão integrada e voluntária de muitas partes, solidária, de muitas partes, sem remuneração de muitas partes por esse esforço adicional. Então, parabéns. É a única forma que eu vejo para avançar, é essa integrada, porém, o desafio de integrar todos os elos é muito grande, e vocês estão conseguindo, com todo esse esforço e se expondo numa área vital. O que eu queria comentar é que o trabalho integrado se mostra na mesma coisa que foi falado aqui, a dificuldade com as prefeituras. A gente integra um monte de elos, sociedade civil, Ministério Público e parque estadual, todo mundo engajado, mas a hora que você vai fazer uma atuação específica, a prefeitura tem dificuldades. Às vezes não é por falta de fiscais, é por questões políticas e outros temas que tem ali envolvidos e não atuam. Outro dia não quiseram ceder máquina para uma remoção que a Polícia Ambiental queria fazer, porque expunha a prefeitura. Ou seja, é muito complicado. Agora, o principal, senhora Natália, é como a gente faz o paralelo disso com o Licenciamento Ambiental Municipal? Como a gente faz o paralelo disso, sendo essa dificuldade de fiscalizar, às vezes, a falta de interesse em fiscalizar, a falta de capacitação técnica para fiscalizar. E como a gente vai, então, os municípios importantes, como vocês estão falando aqui, fazer o Licenciamento Ambiental? Outro dia nós tivemos uma reunião, o senhor Queiroz, da CETESB, disse, eu perguntei: quem vai ajudar a monitorar, a vigiar, fazer vigilância do andamento do Licenciamento Municipal para cumprir com a legislação atual? Ele disse claramente, com toda a sinceridade, não somos nós. Nós não temos equipe, não está no nosso escopo de trabalho. Eu falei: Então quem vai fazer essa vigilância para que não seja mais uma lei que não pega, para que tenha outro retrocesso no país? Ele disse: sociedade civil e Ministério Público. Só, ou seja, como a gente, essa situação é paralela ao Licenciamento Municipal, que tende a ir para o mesmo caminho. A sua eficiência vai depender do Ministério Público, o gestor

que promove uma lei não promoveu recursos para monitorá-la, a sua implementação está muito falha essa parte da gestão, da implementação de legislações importantíssimas. Não se muda uma teoria, uma gestão, uma lei de um dia para o outro e se deixa. Daqui há cinco anos vamos contratar uma auditoria para ver porque não funcionou. Assim como tem o VRA, resíduos sólidos no Brasil, em São Paulo, leis que não pegam. Então, o meu apelo aqui para vocês é que realmente invistam nisso, o que foi solicitado em como engajar e não vai ser por vontade própria as prefeituras nessa fiscalização, eles teriam que ser obrigados a participar desse tipo de fiscalização fiscalizada. Não é decisão deles, é uma ajuda para eles. A responsabilidade é deles. E se eles não podem fazer fiscalização disso, não poderiam também fazer Licenciamento Ambiental.

**03:21:46 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo a palavra agora ao senhor Paulo do Rego. Peça, por gentileza pessoal, ser rápido nas falas, porque a gente ainda tem a questão da moção para passar aqui no plenário.

**03:21:59 Paulo do Rego:** Também vou tentar ser o mais breve possível. Na realidade, eu acho que é um tema extremamente relevante e trago aqui, inclusive, a reflexão. Eu até ia falar no início da importância do CONSEMA enquanto o colegiado participar da audiência pública que vai ocorrer, convocada agora pelo ministro do STF, Flávio Dino, agora, início de agosto, importantíssimo, que quer justamente analisar o Licenciamento no Estado de São Paulo. Eu acho que é de uma importância que o CONSEMA se faça representar dentro dessa audiência pública, justamente para que essas questões sejam colocadas em pauta. Eu acho que o que o Manara traz das regulamentação 34, principalmente o poder, as áreas de mananciais elas estão à míngua. Você não tem estruturação de verbas e de controle, é muito importante, então eu faço eco aqui e o nosso apoio a esse pedido dele. Queria trazer também, a gente tem notícias de que uma nova carta de base para poder fazer as análises ambientais estaria próxima a ser colocado. O projeto Mais, que foi como foi destacado aqui, é extremamente importante que a sociedade civil tenha acesso às informações, o próprio Manara estava colocando, em São José tem uma possibilidade de gestão com imagens de satélite. Essas imagens já existem, o litoral foi um case inicial de análise desse monitoramento online, e isso já é um produto extremamente retido dentro no estado, que não está partilhado com a sociedade, para que a gente possa ter a visão e possa, inclusive, enquanto sociedade civil, a fala do Leduc é muito importante, dizer que a sociedade civil tem que exercer a sua fiscalização, a gente o faz de uma forma totalmente voluntária e sem nenhum tipo de recurso, de pessoas apaixonadas pelo meio ambiente que acabam exercendo um poder que é do Estado. A gente precisa ter mecanismos criados para que a gente possa estar verificando como esse Licenciamento Ambiental está sendo exercido, como é que essa questão dos poderes delegados são monitorados, porque a gente não pode deixar instalar o caos para depois agir, então fica aqui a nosso pedido, até, no sentido de disponibilizar que os órgãos públicos sejam o mais transparente possível no sentido de colocação de todos os elementos de análise, para que todos possam entender o como se faz a fiscalização e como isso pode ser agregado, já que se coloca nas costas da sociedade

civil a função de fiscalizar, eu entendo que a gente tem que ter realmente esse processo colocado com informações. Obrigado.

**03:25:54 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo a palavra agora ao senhor do Lacir, que também está online.

**03:26:12 Lacir Ferreira Baldusco:** Boa tarde a todos. Eu queria ser absolutamente sucinto, que é um tema polêmico e certamente daria discussões por várias horas de reflexão sobre o que acontece nas áreas de manancial. Mas eu queria primeiro cumprimentar o trabalho da Polícia Ambiental. Eu acho que o caminho é esse. Ou você faz a fiscalização integrada junto com os municípios ou nós ficaremos enxugando gelo, porque o município também, eu queria compartilhar também a ideia do Leduc, que é exatamente isso. O município tem e oferece as condições por Licenciamento, necessariamente ele tem que oferecer as condições para a fiscalização. As coisas estão absolutamente interligadas, elas não podem correr em separado. Quer dizer, eu licencio e é o Estado que fiscaliza, com as suas dificuldades, e uma área de manancial absolutamente gigantesca. Essa é uma questão, para mim, fundamental. E como presidente do GRAPROHAB, eu só queria levantar uma outra questão, rápido, porque as áreas de manancial são as áreas que mais crescem no Estado, principalmente na região metropolitana. Entretanto, são as áreas com menor número de empreendimentos licenciados aqui no GRAPROHAB. Então, eu acho que uma intervenção urgente, emergente e integrada é absolutamente necessária nas áreas do manancial, sobretudo na Guarapiranga. O que me chama muito a atenção é a ausência da integração dos municípios da região da Guarapiranga, como Itapeverica, Embu Guaçu, Parque de São Lourenço, mesmo Embu das Artes. As condições ali são absolutamente precárias, urgentes, de emergência. Eu acho que os municípios precisam assumir essa responsabilidade e o Estado precisa obrigar que esses municípios participem sobre a penalidade de perder o seu direito de Licenciamento, que não é possível eles apresentaram uma condição técnica para fazer o Licenciamento e se omitir na fiscalização. Tem problema político, tem problema de segurança, por isso é necessário uma ação integrada. Só queria deixar claro essa posição nossa, porque eu acho que é uma ação emergente e urgente na atual situação dos mananciais de São Paulo. Obrigado.

**03:28:45 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Doutora Amanda e depois, por último, o senhor Victorino.

**03:28:52 Amanda Modotti:** Eu vou falar muito rapidamente, parabenizar o Ministério Público, a Polícia Ambiental, a Diretoria de Planejamento Ambiental também. É um trabalho que rende muitos frutos que a gente vê na prática, assim. E só falar, o Rodrigo já falou sobre o parecer **PEA (03:29:11)**, que a gente teve uma reunião extensa para esclarecer os limites desse parecer. O que pode, o que não poderia demolir, reforçando sempre o poder de polícia administrativo de poder demolir as construções inacabadas. Mas a gente está elaborando ali uma cartilha, esse parecer é muito denso, ele tem mais de 100 páginas e a gente está elaborando uma cartilha

para simplificar para o policial da ponta, para o fiscal da ponta poder ter uma segurança jurídica em aplicar esse parecer. A gente entende que muitas vezes, ali na ponta, a dúvida surge mesmo e não vem no parecer de 100 páginas que vai ser resolvido. Então a gente está trabalhando nessa simplificação e acredito que esse mês ainda a gente consiga soltar isso e agradecer muito a parceria com o Ministério Público, com a doutora Joana. Ela é pessoalmente engajada nessa questão e o que vai para o Judiciário, pode ter certeza que a gente também está trabalhando muito em conjunto com o Ministério Público, e o Judiciário já está entendendo qual o contexto dessas ocupações. Então é isso, e a PGE está sempre à disposição para qualquer dúvida jurídicas que surjam com relação a essas operações. Obrigada.

**03:30:22 Naiana Lanza:** Obrigada. Victorino, você quer fazer uso da palavra? Você tinha levantado a mão. Se puder ser rapidinho, que a secretária precisa sair às 13 horas.

**03:30:31 Eduardo Victorino:** Então, só para dar um toque pra doutora Tatiana, que o mínimo já não atende, doutora. O mínimo nós temos e não atende. Alguns municípios não têm o mínimo, tem que ter o mínimo. A fiscalização de quem licencia é feita assim. Nós fazemos a fiscalização do que nós licenciamos hoje, lá. Então isso é um equívoco, é feito e, aliás, é feito muito melhor hoje do que era feito antigamente, que a Cetesb, inclusive, como a senhora mesmo falou, não tinha nem como fazer a fiscalização. E a gente, em Mairiporã, por exemplo, a gente pega os equipamentos, máquina, caminhão, são presos em Mairiporã, vai para o pátio e vai ter que pagar para retirar. E para retirar, tem que ter documentação em dia. Então veja só, hoje nós já fazemos isso lá em Mairiporã. O que nós estamos dizendo é o seguinte: nós precisamos, dentro de área de mananciais, e eu queria agradecer ao Manara pelo que ele colocou e vou consultá-lo depois, é fundamental. A área de manancial é complicadíssima, o mínimo não atende. E digo mais: se a gente não fizer um trabalho de buscar recursos para que a gente possa ter uma fiscalização na fonte, quando começa, que depois que está instituído, não adianta mais. Street view é um problema. Agora vai ter uma cartilha da PGE, que ótimo, para nos dar uma orientação, para nos dar um caminho, mas depois que está montado, gente, é só por Deus. Você tem que fazer o trabalho social, é complicadíssimo. Quem está no campo, quem pisa no barro sabe o que é isso. Então, doutora, a gente tem trabalhado muito sim, sabe? Mas pode acreditar em mim, o mínimo não atende. Nós temos que ir além do mínimo, temos que ter muito mais que isso. E tem muitos municípios que hoje tem uma outra consciência. Só finalizando, politicamente hoje tem muito prefeito de cidade que tem uma outra visão e não vai deixar de fazer as coisas, não, porque ele hoje está sabendo que ele tem que cuidar do meio ambiente e tem que cuidar daquilo que hoje lá você tem, principalmente a produção de água. A mentalidade de muito político hoje mudou, principalmente os prefeitos, e graças a isso aqui, o trabalho que hoje a SEMIL faz, que divulga, que chega lá nos prefeitos. Tem muito prefeito de município muito bem envolvido e preocupado. Falei isso aqui. Tem município que tem dificuldade sim, mas tem o mínimo, e o mínimo, infelizmente, em áreas de mananciais não atende. Obrigado.

**03:33:14 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo agora às considerações da secretária.

**03:33:14 Natália Resende:** Bem rapidinho para a gente compartilhar depois, gente, o texto, para ver o que vocês acham também. Bom, esse assunto é muito importante. Todas as políticas públicas que a gente faz aqui, a gente tenta olhar e aí, nos seus vários aspectos e eixos, seja apoio financeiro, apoio técnico, parte de normas também, dar essa previsibilidade, claro, respeitando as competências condicionais, que a gente sabe que existem, a gente já discutiu algumas vezes, várias vezes aqui, quando, por exemplo, a gente estava falando da deliberação em relação a Lei Complementar 140. E aí é uma coisa que a gente tem todos os dias envidado esforços para, vou citar só alguns exemplos, ICMS Ambiental. Então a gente fez um trabalho muito grande lá em 2023 para a gente alterar a Constituição do Estado, depois alterar a lei. Dobramos a quantidade para repassar para os municípios que preservem suas matas, aí tem lá o componente também da parte de hídrica, tem de mananciais incluso. Então, aqueles municípios que têm mais participação, eles estão recebendo mais agora, em virtude de todo esse esforço. E a gente fez integrado aqui mesmo, com CONSEMA, enfim, com CRH, para a gente conseguir passar mais recursos para os municípios, para os municípios também, aí eu vou muito na linha do que a doutora Tatiana falou aqui, se estruturarem. Então a gente está tentando dar o máximo de apoio, também financeiro, capacitação, até a parte financeira aqui, que foi muito falada. Os próprios FMSAs também. Então, tanto naqueles que são atendidos pela Sabesp, de quatro em quatro meses, vão recursos, 4%, alguns até mais da receita da Sabesp para fundos municipais que podem ser usados nisso também. Então, mais uma fonte de recurso para isso. No Universaliza, a gente também está propondo isso para os municípios, para a gente agregar e passar esses recursos para também ajudar no meio ambiente. Então, tudo o que a gente faz, a gente tenta agregar essa parte financeira para ajudar. FeHidro, agora a gente está também via SP Águas, dando apoio técnico para os municípios conseguirem apresentar os projetos, serem aprovados. E é um desafio, mas a gente está... Capacitação pelo Zoneamento Ecológico Econômico, mais de 150 municípios que a gente... já está até maior o número agora, mais de 250 gestores municipais, que a gente tem ido, em feito muito esse trabalho de ponta. Na parte de Licenciamento Ambiental, todas as vezes que, aí tem essas discussões municipais, a CETESB também ajuda nas capacitações. Isso é uma coisa que a gente tem feito aqui programado. E é claro, a gente tem que entender os limites constitucionais mesmo, de autonomia federativa, o respeito, para não ser inconstitucional também, para a gente não fazer ações e colocar normas inconstitucionais, porque a gente tem muito esse respeito com autonomia municipal, muito. Precisa ter por uma questão da Constituição Federal mesmo, de 88, a Constituição Estadual, e tentando ajudar o máximo. Então vocês podem ter certeza que tudo o que a gente está fazendo aqui é, olhando no aspecto financeiro, técnico, no aspecto de fiscalização, esses GFIs que a gente está criando é para isso, para integrar todo mundo, todo mundo, porque é dessa forma que a gente consegue mesmo avançar. E aí, eu agradeço muito aqui a nossa área de fiscalização, Kauê,

fazer no seu nome, tá? Sei que vocês tem envidado muito, muito esforço e tem funcionado muito na prática por causa do trabalho que vocês têm feito. Parabéns mesmo. O nosso policiamento ambiental também, parabéns também. Toda essa agregação de esforços, Ministério Público. E aí, levo também o nosso cumprimento para a doutora Joana, o GAEMA, Luís, você, Tati. Vocês fazem um trabalho de muita parceria com a gente. Nossa PGE, sociedade civil. É muito importante também a gente agregar. Não, ninguém vai resolver nada sozinho, ninguém. Então tem que ser todo mundo junto mesmo. Tem dificuldade? Tem. Tem desafio? Tem. Mas eu não tenho dúvida que o Estado de São Paulo está dando exemplo da parte financeira, técnica, enfim. E tem muita coisa para a gente avançar. A cartilha, acho ótimo. Vamos fazer, vamos divulgar, vamos trazer aqui para o CONSEMA, vamos mandar para os municípios. A gente precisa usar essas coisas, esses instrumentos. Então vamos tentar cada vez mais fazer isso e evoluir. E nessa lógica de evolução, evoluir também para a gente não fragilizar. Então, queria compartilhar aqui o texto, que eu acho que é uma coisa importante aqui para a gente nos posicionar enquanto CONSEMA, e aí a gente veio discutindo muito nessa linha para aproveitar o time, para a gente não perder o time e passar a mensagem, acho que a mensagem é importante, a gente usou um pouquinho também, Manara, do que vocês prepararam na ANAMMA, principalmente ali da parte da participação social, importante. E aí vamos focar aqui muito na mensagem, para a gente, o que a gente pensou aqui, eu vou ler, tá? Então, “Sobre o Projeto de Lei 2159, o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, CONSEMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em Reunião Ordinária nº 447, realizado no dia 30 de julho de 2025, vem a público manifestar sua preocupação com os potenciais impactos negativos decorrentes de eventual sanção sem vetos do Projeto de Lei número 2159/ 2021, que dispõe sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental”. Então, o que é importante a gente reconhecer? “Importante a gente reconhecer a modernização dos instrumentos de Licenciamento Ambiental com vistas a promover maior segurança jurídica, previsibilidade, eficiência na área de empreendimentos e atividades. Mas, no entanto, a gente entende que essa modernização não pode ser feita em prejuízo da proteção socioambiental, nem tão pouco implicar em fragilização das garantias estabelecidas pela legislação ambiental vigente”. Então, para frisar que a gente não quer que fragilize nada. “Então, dessa forma, o CONSEMA solicita ao governo federal”, aí a gente vê direitinho pra onde a gente encaminha, “em especial a Presidência da República, que considere, no exame do texto aprovado pelo Congresso Nacional, a necessidade”, como a gente conversou que vem fazendo, “de conciliar o desenvolvimento sustentável com a preservação ambiental, de modo a assegurar que o novo Marco Legal, que não enfraqueça normas específicas de proteção dos biomas ameaçados, como a Mata Atlântica, que possui legislação própria, a lei número 11.428/ 2006, que é construída com base em compromissos constitucionais e pactos federativos”, é importante. “Preserve”, aí a gente pegou um pouco da ANAMMA, Manara, aqui, “a participação social aliando o desenvolvimento econômico com o cuidado das pessoas, fortalecendo os diversos espaços de participação social, seja por meio de audiências públicas ou de outros instrumentos previstos na legislação, bem como nos conceitos ambientais, nas três esferas de governo. Respeite os princípios constitucionais da

precaução, prevenção e publicidade”. Aí botamos a participação social de novo para frisar, “assegurando que a nova norma federal fortaleça e não fragilize os sistemas estaduais e municipais de meio ambiente”. E aí, bom, para a gente, na linha que a gente conversou aqui, “para a gente reafirmar nosso compromisso com o aprimoramento de governança ambiental e com a construção de soluções que alinha a proteção dos ecossistemas, a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo este o caminho efetivo para garantir um futuro equilibrado para as presentes e futuras gerações”, é isso.

**03:41:43 Tatiana Serra:** Natália, eu não sei se é demais, mas eu gosto do controle social, além da participação, que é um dos aspectos bastante retirado...

**03:41:53 Natália Resende:** Verdade, que é o PPCS, que a gente fala, Participação e Controle Social. Vamos colocar... Cadê, onde tem participação, a gente coloca “participação e controle social”, sobe um pouquinho.

**03:42:10 Marcelo Manara:** Secretária, só para deixar essa contribuição a ANAMMA, pela doutora Andréa Struchel, da ANAMMA Campinas, ok? Ela participou da plenária no Congresso, na verdade foi audiência pública sobre esse PL. Ela colocou essas contribuições e nós encaminhamos aqui.

**03:42:26 Natália Resende:** Ótimo.

**03:42:30 Eduardo Leduc:** Eu não sei se é o caso, vocês tem condições de analisar politicamente se é o caminho, mas o que pressionaria talvez o governo federal, eu já menciono aqui, caso não hajam vetos, o Estado vai ser mais restritivo, porque isso mostra que já dá um sinal claro, e dá o alento também para a população aqui do Estado de São Paulo, de que o Estado está atento a isso. Não sei se politicamente e tecnicamente é o momento, mas eu acho que seria um fator de pressão.

**03:42:59 Natália Resende:** A gente tem sempre falado na linha da Lei Complementar 140, que nos permite isso, que independentemente a gente tem seguido, e a gente já tem muita norma boa aqui, o estado de São Paulo tem cada vez melhorado nessa linha, de responsabilidade ambiental. Eu tenho falado muito isso, muito, muito, muito. Então, eu acho que essa é uma coisa que a gente sempre vai frisar. E acho que quando a gente coloca essa questão aqui, o próprio CONSEMA falando isso aqui, de proteção e de governança ambiental, o que a gente botou ali no último parágrafo é muito para isso também. Então, a gente é referência, a gente quer continuar nessa linha, e a gente vai continuar. Pode ser, gente, vamos assinar? Você levantou a mão, Rocco? Você quer falar?

03:43:54 inaudível

**03:44:03 Natália Resende:** Está ok. Beleza, gente. Vamos constar em ata? Tem mais alguém que se manifesta contrário? É isso. Isso é importante também, viu, Rocco. A

gente não está se manifestando contra. Inclusive, a gente já tinha discutido alguns pontos na Fiesp, de preocupação mesmo.

**03:44:30 Naiana Lanza:** Temos pessoas online, a Cris Murgel.

**03:44:37 Cristina Murgel:** Secretária, a Faesp, por um alinhamento institucional da nossa entidade e pelo acompanhamento que fizemos no PL, já manifestamos os nossos pontos. Então, não poderia apoiarmos.

**03:44:56 Natália Resende:** Tá bom. Então, Fiesp, Faesp, que a gente vai colocar aqui, que manifestam contra, certo? Não apoiam a moção, pode ser?

**03:45:09 Naiana Lanza:** Beloyanis, por favor.

**03:45:12 Beloyanis Monteiro:** Boa tarde a todos e a todas. Parabéns pela iniciativa da moção, ela é muito importante nesse momento em que nós estamos nessa luta para que o governo não aceite esse PL. Então acho que essa decisão do CONSEMA é fundamental. E parabenizar a secretária, em especial, que soube conduzir de uma forma democrática esse tema. Então acho que ficou muito bom o texto. Só queria saber quando é que a gente teria a disponibilização desse texto que foi aprovado hoje aqui no CONSEMA? Parabéns a todos os conselheiros que levantaram esse tema, ele é fundamental. Nós estamos na rua, com várias mobilizações, e a SOS assina esse texto de hoje, tá ok? Um abraço a todos, estamos aguardando o texto para divulgar.

**03:46:07 Naiana Lanza:** Ok, Beloyanis. A gente vai aqui fazer isso com a maior celeridade possível e a gente compartilha com vocês a moção assim que ela for assinada pela secretária.

**03:46:20 Natália Resende:** Sim, de hoje para amanhã, a gente assina, tranquilo.

**03:46:26 Beloyanis Monteiro:** Só um momentinho, eu acho que essa é a noção também tem que ser endereçada ao ministro Rui Costa, que é o cara da Casa Civil. Acho que é fundamental que ele receba esse documento.

**03:46:40 Natália Resende:** Gente, vamos ver direitinho, vamos pensar. MMA, enfim, a gente olha direitinho, pode mandar para vários remetentes também. Sim, verdade. E o Paulo até falou aqui, estaremos presentes sim. Vamos representar na audiência pública no STF, Paulo. Então, o CONSEMA vai estar presente, eu vou estar pessoalmente. Jonatas também, o Rodrigo também vai, então a gente vai estar presente lá sim, inclusive para falar, para mostrar tudo que a gente vem fazendo, o CONSEMA e o Estado de São Paulo vem fazendo também, tá bom? Tem mais algum pedido de objeção ou de não apoio? Não? Tem mais alguma coisa? Não? Gente, então, obrigada pela participação de todos. É sempre um prazer estar...

**03:47:39 Ricardo Crepaldi:** Eu não posso perder... Eu perco o amigo mas eu não perco a piada. Muito obrigado, secretária. Hoje tinha bolo de cenoura com chocolate. Olha, não sei porque aconteceu isso, mas aconteceu. Então, que sempre seja assim.

**03:47:56 Natália Resende:** Especialmente. Gente, obrigada, viu? Obrigada por quem nos acompanha aqui e a distância. Ótimo dia para a gente.